

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA  
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

**NATANAEL VIEIRA DE SOUZA**

**GESTOS DE RESISTÊNCIA NAS CANÇÕES DE CHICO CÉSAR EM TEMPOS DE  
PANDEMIA E BOLSONARISMO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

**CÁCERES-MT**

**2021**

**NATANAEL VIEIRA DE SOUZA**

**GESTOS DE RESISTÊNCIA NAS CANÇÕES DE CHICO CÉSAR EM TEMPOS DE  
PANDEMIA E BOLSONARISMO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação da professora Dra. Olimpia Maluf-Souza. Coorientadora Profa. Dra. Fernanda Surubi Fernandes (UEG/Iporá).

**CÁCERES-MT**

**2021**



**NATANAEL VIEIRA DE SOUZA**

**GESTOS DE RESISTÊNCIA NAS CANÇÕES DE CHICO CÉSAR EM TEMPOS DE  
PANDEMIA E BOLSONARISMO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Olimpia Maluf-Souza  
Orientadora – PPGL/UNEMAT

---

Profa. Dra. Fernanda Surubi Fernandes  
Coorientadora – UEG/Iporá

---

Profa. Dra. Joelma Aparecida Bressanin.  
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

---

Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann  
Avaliador Externo – PPGL/Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

---

Profa. Dra. Eliana de Almeida  
Suplente – PPGL/UNEMAT

**APROVADA EM:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Dedico com todo carinho a Jhonatan, a Bruna, a Brenda e a Márcia. Joias preciosas que, no decorrer da vida, eu tenho o privilégio de ter sempre por perto.

## AGRADECIMENTOS

Neste momento inicial agradeço carinhosamente a minha grande amiga e parceira de muitos momentos, Profa. Ma. Márcia R. Souza. Muito do que foi escrito nas páginas deste trabalho foi fruto de discussões nas noites de sexta-feira em minha casa, mesmo nos momentos mais difíceis pelos quais passamos, cada um mediante a sua forma, sua condição de (r)existir. Agradeço ainda, com muito carinho, a minha irmã “caçulinha”, Lucimara, por tudo que fez, faz e o que representa pra mim.

Com muito respeito e carinho, agradeço imensamente a minha orientadora Profa. Dra. Olimpia Maluf-Souza, pela paciência com este Historiador que se enveredou pela Linguística/Análise de Discurso e que precisou (e ainda precisa) ser lembrado de que doravante sou (também) linguista. Mais que uma orientadora, hoje a considero uma grande amiga.

Agradeço a Profa. Dra. Fernanda Surubi Fernandes, por todo carinho, indicação de leituras, atenção e dedicação.

Estendo todo carinho demonstrado acima a todas as Professoras que compuseram a minha banca examinadora e que muito contribuíram com este trabalho desde a qualificação. Profa. Dra. Joelma Bressanin; Profa. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann e Profa. Dra. Eliana de Almeida.

A todas vocês, meu (e)terno carinho e agradecimento.

*O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder de que queremos nos apoderar.*

(FOUCAULT, 1996, p. 10).

## RESUMO

Este estudo se inscreve na linha de pesquisa “Estudos de Processos Discursivos” do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e na perspectiva teórica da Análise de Discurso, desenvolvida nos fins da década de 1960, na França, por Michel Pêcheux em parceria com outros autores e, difundida e ampliada por Eni Puccinelli Orlandi, no Brasil, a partir da década de 1970. Nosso objetivo é analisar, pelo viés discursivo, os gestos de resistência nas canções de Chico César em tempos de pandemia e bolsonarismo, a fim de compreender o modo como a relação entre a língua e a história constitui sujeitos e sentidos. Desse modo, buscamos compreender o modo como as letras das canções denunciam e se contrapõem aos discursos colocados em circulação pelo presidente Bolsonaro e demais sujeitos que se identificam com seus discursos, materializando uma relação de embate, de litígio que se estabelece no atual cenário político brasileiro. Assim, nosso *corpus* é composto por canções compostas e/ou interpretadas por Chico César que produzem efeitos de sentido relacionados à pandemia e ao bolsonarismo, fazendo reverberar discursos que circulam nos vários meios que compõem a grande mídia, especialmente nos *sites* de notícias da rede mundial de *internet*, materializando as falas desrespeitosas, do atual presidente do país, Jair Messias Bolsonaro, a respeito da pandemia e, conseqüentemente, da vida dos brasileiros, minimizando o caráter destrutivo e letal do coronavírus. Tomando estes discursos enquanto efeitos de *acontecimentos discursivos*, por marcarem a relação de uma atualidade com a memória – como é o caso da Primavera Árabe e as manifestações de 2013; o impedimento do mandato de Dilma Rousseff; a chegada de Bolsonaro à Presidência do Brasil e a pandemia do Covid-19 –, objetivamos compreender como os sentidos se constituem e se instalam, a partir da observação das condições de produção em sentido amplo e em sentido estrito, de modo a culminar nos atuais acontecimentos políticos do Brasil, bem como, produzindo efeitos indelévels no tecido social.

**Palavras-chave:** Análise de Discurso. Pandemia. Gestos de Resistência. Bolsonarismo. Chico César.

## ABSTRACT

This study is part of the research line “Discursive Process Studies” of the Postgraduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (UNEMAT) and in the theoretical perspective of Discourse Analysis, developed in the late 1960s, in França, by Michel Pêcheux in partnership with other authors, and disseminated and expanded by Eni Puccinelli Orlandi, in Brazil, from the 1970s onwards. Our objective is to analyze, through a discursive perspective, the gestures of resistance in the songs of Chico César in the past of pandemic and bolsonarism, in order to understand the way in which the relationship between language and history constitutes subjects and meanings. Therefore, our research aims to analyze the gestures of resistance put into speech by the songs of the singer/songwriter, providing an understanding of the way in which the lyrics denounce and oppose the speeches put into circulation by President Bolsonaro and other subjects who identify themselves with their speeches, materializing a relationship of conflict, of litigation that is established in the current Brazilian political scenario. Thus, our corpus is composed of songs composed and/or interpreted by Chico César that produce meaning effects related to the pandemic and bolsonarism, reverberating discourses that circulate in the various media that make up the mass media, especially in the news sites of the world network the internet, materializing the disrespectful speeches of the current president of the country, Jair Messias Bolsonaro, about the pandemic and, consequently, the lives of Brazilians, minimizing the destructive and lethal character of the coronavirus. Taking these speeches as effects of discursive events, as they mark the relationship of a current situation with the memory of saying – as in the case of the Arab Spring and the demonstrations of 2013; the impediment of the mandate of Dilma Rousseff; the arrival of Bolsonaro to the Presidency of Brazil and the Covid-19 pandemic -, we aim to understand how the senses are constituted and installed, from the observation of production conditions in a broad and narrow sense, in order to culminate in the current political events in Brazil, as well as producing indelible effects on the social fabric.

Keywords: Discourse Analysis. Pandemic. Gestures of Resistance. Bolsonarism. Chico César.

## LISTA DE SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ARENA	Partido da Aliança Renovadora Nacional
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
FA	Frente Ampla
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
NEU	Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual
FESPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMLN	Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAS	Movimento ao Socialismo
MDB/PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
MVR	Movimiento Quinta República (Movimento V República)
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAÍS	Pátria Altiva e Soberana
PCF	Partido Comunista Francês
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PGR	Procuradoria Geral da República
PIB	Produto Interno Bruto
PJ	Partido da Juventude
PL	Partido Liberal
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSF	Partido Socialista Francês
PSCh	Partido Socialista do Chile

PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
REDE	Rede Sustentabilidade
STF	Supremo Tribunal Federal
UOL	Universo Online

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO I</b> .....	17
<b>DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO</b> ...	17
<b>1.1. Ondas multicoloridas: a alternância de poder político entre tendências mais à esquerda e, predominantemente, mais à direita</b> .....	25
<b>1.2. Os acontecimentos mundiais e a implantação de uma política neoliberal</b> .....	26
<b>CAPÍTULO II</b> .....	39
<b>A ANÁLISE DE DISCURSO E A CONSTITUIÇÃO DOS DISPOSITIVOS TEÓRICOS E ANALÍTICOS</b> .....	39
<b>2.1. Gestos analítico-discursivos sobre o contexto político brasileiro da atualidade</b> ...	47
<b>2.2. Quem são e como pensam os bolsonaristas</b> .....	52
<b>CAPÍTULO III</b> .....	63
<b>A MÚSICA ENQUANTO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA</b> .....	63
<b>3.1. Gestos de resistência</b> .....	68
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	80
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	83
<b>ANEXOS</b> .....	86
<b>Letras das músicas recortadas para a análise</b> .....	86

## INTRODUÇÃO

É recorrente nos dias de hoje e, faz parte das condições de produção dos discursos da atualidade, grupos de pessoas se digladiando, seja pessoalmente ou em grupos de conversas em redes sociais, compostos por amigos, família e/ou pessoas do trabalho, sobre as questões políticas, seja a respeito da economia, da educação, da cultura, do social, da saúde – em especial em tempos de pandemia –, ou mesmo, das pautas de costumes, todos estes discursos muito polarizados nos últimos tempos.

Para um analista de discurso, todos esses enunciados se constituem como matéria prima ou material de análise, entretanto, neste trabalho, daremos prioridade aos discursos presidenciais no que diz respeito a pandemia de Covid-19, e aos discursos do cantor Chico César, que em suas letras, produz gestos de resistência aos discursos do atual presidente.

Consideramos pertinente e necessária uma reflexão sobre os sentidos que circulam acerca da pandemia e, conseqüentemente, da sua gestão, seu enfrentamento, bem como, as conseqüências de cada medida tomada pelo governo federal, como uso de medicamentos sem comprovação científica, tratamento precoce, negligência na compra de imunizantes, ou medidas descartadas do rol dos protocolos recomendados por organizações científicas de credibilidade, como o uso de máscaras, distanciamento social etc.

De antemão, anunciamos que as primeiras preocupações sobre possíveis sinais de conservadorismo de direita, que nos chamou a atenção, aconteceram no período em que cursava o primeiro semestre de História na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em 2009, pois entre os acadêmicos já se notava uma certa recusa às pautas mais progressistas, uma vez que se identificavam ideologicamente com outros discursos que se filiavam às tendências mais conservadoras, com certa glorificação do passado.

A despeito dos livros e textos que se marcavam ideologicamente contrário a estas pautas, frutos de acuradas pesquisas, muitos preferiam acreditar em discursos equivocados sobre a ditadura civil-militar, que diziam que neste período não havia violência contra os cidadãos de bem, não havia roubalheira do erário público, ou seja, acreditavam em discursos que apagavam a história, uma vez que faziam circular e mitificar discursos que sustentavam a ideia de um paraíso edênico, de passado adâmico, onde reinava a paz e a prosperidade.

Na monografia para obtenção de título de graduado/licenciado em História, intitulada *A Moda de viola e as ressonâncias do discurso identitário*<sup>1</sup>, procuramos dissertar sobre os

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com/2013/07/a-moda-de-viola-e-as-ressonancias-do.html>. Acesso em 10 ago. 2021.

vários discursos trazidos pelas músicas que se inscreviam como discursos homofóbicos, racistas, preconceituosos, misóginos e até antissemitas. Dentro das condições de produção daquele momento, procuramos esboçar alguns gestos de análises daqueles discursos e nos posicionar enquanto sujeito, identificando-nos dentro de um espaço de pesquisador que se marca ideologicamente contrário a todas estas práticas.

O poder da música, enquanto funcionamento que marca posições ideológicas de identificação e de resistência, sempre foi constatado por nós, pois a música, com seus sons organizados de forma melódica, tem, entre tantos outros meios discursivos, a capacidade de sensibilizar, de capturar a atenção e de promover identificação dos sujeitos com os discursos que ela produz e que faz circular, uma vez produzir e constituir efeitos sobre os corpos que se colocam, por meio dela,

[...] numa outra “dimensão imaginária”, talvez vivendo um momento “transcendental”, suscetíveis, alcançáveis pelos discursos; corpos que se “deixam” moldar, corpos de uma “rostidade multi-máscaras”; corpos que podem ser objetivados a práticas, passíveis às novas e outras sensibilidades; momento este, onde se tornam “presas” diante de todo este dispositivo de captura; momento significativo onde a música, o discurso e os seus ritornos se encontram à caça<sup>2</sup>. (SOUZA, 2013, p. 10. Grifos do autor).

A partir deste entendimento sobre o poder da música, bem como, a potencialização dos discursos que nela, ou a partir dela se multiplica, é que este trabalho se desenvolve, com foco, principalmente, nos discursos postos em circulação, pelas canções enquanto inscrições no/do político e no/do social.

Este trabalho foi pensado, a partir do momento em que nos deparamos com uma frase dita pelo presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, no dia 28 de abril de 2020, em um momento em que respondia à pergunta de um repórter sobre o número de mortos pela pandemia no Brasil, a qual respondeu: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”. Esse enunciado nos levanta questionamentos sobre a posição que o presidente assume frente à pandemia e frente ao nível de responsabilidade que ele dedica à situação enquanto governante da nação, pois há um funcionamento próprio da relação entre governante e sociedade, que produz o imaginário de que o presidente deva ser um líder preparado para lidar com as adversidades, especialmente,

---

<sup>2</sup> A *rostidade multimáscaras* diz do rosto como superfície mutável, a partir do sentido trabalhado por Deleuze e Guatarri (1996, p. 36), em *Mil Platôs*: “[...] o rosto/corpo como superfície onde o sentido se articula, o corpo decodificado e codificado por esse rosto. [...] o rosto não é animal, mas tampouco é humano, [...] há mesmo algo de absolutamente inumano no rosto”.

com a situação provocada pela pandemia em que o país computa quase 600 mil mortos pelo Covid-19.

A cada novo passo na direção da melhor compreensão da situação econômica, política e social do país durante a pandemia, mais nos surpreendíamos com a constatação de que não há uma política de saúde, para o Brasil. Não há, por parte do governo brasileiro, um protocolo recomendável. O povo segue como um barco à deriva, muitos de mãos dadas com a morte, quer pela situação de se colocar, voluntariamente, em risco, quer pela situação de obrigação/necessidade de se colocar em risco, pois, a maioria da classe pobre, é obrigada a se arriscar em ônibus, metros e trens lotados ou em ambientes de trabalho que não defendem os protocolos mínimos de cuidado.

Os protocolos, seja no trabalho, na educação ou no lazer, não são acatados, pois o presidente segue proferindo discursos e assumindo práticas que são contrárias às preconizadas pelos órgãos de saúde, reforçando, com gestos e com palavras, que o povo deve promover aglomeração, não usar máscaras e fazer tratamento “preventivo” com remédios sem comprovação científica.

A postura do presidente produz, como efeito, uma polarização que, no cenário político atual, tem exaltado os ânimos e produzido, tanto pelos que se identificam com o discurso do presidente quanto os que não se identificam, pois trata-se de um discurso de ódio, que se materializa nos enfrentamentos, tanto pessoais quanto virtuais, que tem tornado as ruas e as redes sociais em campo de batalha em que pesa o partidarismo, a tendência de ser de direita ou de esquerda, ou seja, uma disputa dada pelo registro do simbólico.

Dentre os diversos discursos de oposição aos do presidente, chamou-nos, especialmente, a atenção os discursos produzidos pelas canções de Chico César, que usa a arte como forma de protesto, fazendo ecoar uma memória, uma vez que a arte exerceu, historicamente, um importante papel no que se refere à resistência política.

Desse modo, nosso *corpus* é formado por canções compostas e/ou interpretadas por Chico César, visto serem canções que produzem efeitos de sentido relacionados à pandemia e ao bolsonarismo, além de discursos que circulam nos vários *sites* de notícias na rede mundial de *internet*, sobre as falas do presidente Jair Messias Bolsonaro a respeito da pandemia, afim de compreender, de que forma as canções se caracterizam como gestos de resistência, frente aos discursos presidenciais.

Diante do exposto, este trabalho será dividido em três capítulos. No primeiro, procuramos delinear nosso objeto de análise, trançando uma relação entre as condições de produção históricas e as atuais que proporcionaram que um cidadão incerto pudesse chegar à

presidência do Brasil, uma vez ter se mantido, por um longo período, como deputado, mas, um deputado do *baixo-clero*<sup>3</sup>, sem nunca ter aprovado um grande ou significativo projeto em prol dos(as) trabalhadores(as), sem expressividade política e que continuava anônimo para a maior parte do povo brasileiro.

Aos poucos, utilizando-se de uma postura política caricata, foi se destacando como um anti-herói ou um herói às avessas por meio de um discurso antipolítico, como se fosse alguém de fora, um *outsider*.

Assim, de forma um pouco mais descritiva, procuramos trazer alguns acontecimentos históricos, para que, de forma didática pudéssemos compreender o movimento crescente que foi se formando após a cassação do mandato de Dilma Rousseff em 2016, até as eleições de 2018, com a ascensão do movimento denominado de “bolsonarismo”, que deu acesso ao poder à Bolsonaro e que, de alguma forma o sustenta no cargo de presidente.

No segundo capítulo, delimitamos os dispositivos analíticos e teóricos da Análise de Discurso que nos permitem compreender as discursividades que regulam o embate que se estabelece no campo político e, em nosso objeto de análise, se materializa nos discursos do presidente e nas canções de Chico César, e produzem sentidos sobre a pandemia e sobre o bolsonarismo. Ainda neste capítulo, alicerçados pela pesquisa etnográfica realizada por Isabela Oliveira Kalil (2018), coordenando o grupo de pesquisa do *Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual* (NEU), da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP), no período de 2016 a 2018, demos visibilidade aos 16 perfis, identificados pela autora, no período pré-eleição de Bolsonaro, em 2018.

Nesse momento, trouxemos a canção de Chico César, do ano de 2020, intitulada “Bolsominions”, para dar visibilidade, pela perspectiva do cantor/compositor, a outros modos de constituição desses sujeitos. Esse gesto serviu tanto ao processo de constituição e de instalação dos seguidores de Bolsonaro, como nos permitiu sair do campo da descrição para o analítico, à luz da teoria do discurso.

No terceiro capítulo, por ser o de análise propriamente dita, trouxemos recortes das canções de Chico César, que, por suas características discursivas singulares, se inscrevem em

---

<sup>3</sup> O dicionário *Michaelis online* traz a seguinte definição para a expressão *Baixo clero*: a) o conjunto dos simples sacerdotes: b) (Pejorativo) grupo de quaisquer profissionais desconhecidos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/clero>. Acesso em 10 ago. 2021. A expressão remonta à Idade Média e ao Feudalismo e diz da hierarquização dentro da Igreja Católica, assim, o *baixo clero* era formado por padres responsáveis pelas vilas e aldeias, geralmente oriundos de famílias pobres, enquanto o *alto clero* era formado por cardeais, arcebispos, patriarcas, bispos, e sacerdotes provenientes de famílias ricas. Na política brasileira, a expressão *baixo clero* é usada para designar parlamentares com pouca expressão na Câmara de Deputados, movidos principalmente por interesses provincianos ou pessoais. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/20988526>. Acesso em 13 jan. de 2021.

lugares de memória, marcados por/como gestos de resistência. O autor, em uma de suas postagens nas redes sociais, ao responder um fã, deixou marcada uma posição de luta e de oposição ao que está estabelecido pelo discurso político do Estado brasileiro<sup>4</sup>.

O fã lhe escreveu:

Carinhosamente, te pediria para evitar as de cunho político-ideológico. Tu és muito maior que eles todos. Tu não deves nada a eles. Eles que te devem. Tuas mãos são limpas. Não as coloque no fogo por nenhum deles.

Ao que o cantor-compositor respondeu:

Por favor, todas as minhas canções são de cunho político-ideológico! Não me peça um absurdo desse, não me peça para silenciar, não me peça para morrer calado. Não é por 'eles'. É por mim, meu espírito pede isso. Respeite ou saia. Não veja, não escute. Não tente controlar o vento. Não pense que a fúria da luta contra as opressões pode ser controlada. Eu sou parte dessa fúria. Não sou seu entretenimento. Sou o fio da espada da história feito música no pescoço dos fascistas. E dos neutros. Não conte comigo para niná-lo. Não vim botar você para dormir, aqui estou para acordar os dormentes.

A resposta dada por Chico César marca, assim, a posição-sujeito de alguém que se identifica e se inscreve em um campo discursivo de resistência e não de conformação com o *status quo*, como mostram nossas análises.

Na conclusão, procuramos dar a compreender que o assunto não se fecha, mas que se abre, enquanto um gesto de escrita, a inúmeras possibilidades outras de análises. Assim, esse texto, como qualquer outro, se inscreve em um discurso possível que não esgota outras possibilidades de se pensar um mesmo objeto. Sendo assim, é sob essa perspectiva que a nossa análise se desenvolve neste trabalho, pensando um sujeito afetado pela ideologia na sua relação com uma língua sujeita à falha e com uma história sujeita ao equívoco, para entender como estas relações afetam e são afetadas pelos sentidos.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/noticias/gente,nao-sou-seu-entretenimento-diz-chico-cesar-a-faque-sugeriu-musicas-sem-cunho-politico,70003571504>. Acesso em 23 jun. 2021.

## CAPÍTULO I

### DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO BRASILEIRO

No dia 1º de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil para um mandato de quatro anos.

A sua ascensão ao governo brasileiro decorreu de uma série de fatores que o alçou da condição de candidato desacreditado e derrisório, para a presidência do país.

Para melhor compreendermos os movimentos que desencadearam o acesso de Bolsonaro ao poder, precisamos compreender as condições de produção em que sua ascensão se deu, isto é, as “[...] determinações que caracterizam um processo discursivo” (PECHEUX E FUCHS, [1969], 1997, p. 182), pois, segundo os autores,

[...] um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção* dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’, etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política (id, ib., p. 77).

Nessa compreensão, as condições de produção do discurso estão relacionadas, também, às formações imaginárias, ou seja, à antecipação que o enunciador faz do modo como o ouvinte receberá seu discurso. Esse processo de antecipação é constitutivo do discurso, produzindo variações que se dão a partir das diferentes condições de produção em que cada sujeito se inscreve.

Orlandi (2015) acrescenta que as condições de produção podem ser pensadas em sentido estrito, que diz respeito ao contexto imediato da enunciação e envolve os sujeitos e a situação em que se dá o discurso; e em sentido amplo que compreende as condições histórico-ideológicas, quando a memória discursiva aciona sentidos que significam em uma dada situação discursiva:

A memória por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como o que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível

todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (id, ib., p. 29).

A memória aqui referida não é a memória pessoal, de ordem psicológica, mas a memória social enquanto prática, uma memória de sentidos, pois

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, [1983], 1999, p. 52).

Para a Análise de Discurso, a memória não pressupõe, então, uma estabilidade de sentidos, uma vez não se tratar de uma memória estanque que se repete, pois, para o autor,

[...] a memória tende a absorver o acontecimento novo, como uma série matemática prolonga-se conjecturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula, os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (id, ib., p. 52).

Desse modo, a memória discursiva é passível de “perfurar-se”, de “esburacar-se” e, assim, desdobrar-se em novos sentidos.

Em nossas análises, especificamente, a memória produz sentidos a partir de acontecimentos políticos que ocorreram ao longo da história, no Brasil e no mundo, e que significam nas circunstâncias da ascendência do atual presidente ao poder. Nessa perspectiva, essa análise é atravessada tanto das condições de produção em sentido estrito quanto das condições em sentido amplo, partindo da compreensão de aspectos históricos que direcionam e que determinam aspectos atuais.

Nessa visada, tentamos compreender o movimento que deu acesso ao poder a Bolsonaro, o que tem início com o processo, não muito recorrente, de ocupação do poder pelos políticos chamados *esquerdistas*.

No Brasil, a assunção da esquerda corresponde ao período da história política brasileira que se inicia com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, em 1 de janeiro de 2003, em sua quarta candidatura para este cargo e após derrotar o candidato do Partido da Social

Democracia Brasileira (PSDB) José Serra, com 61,27% dos votos válidos, em segundo turno<sup>5</sup>, e se encerra com o *impeachment* de Dilma Rousseff, na metade de seu segundo mandato, em 2016.

Este talvez se caracterize como o grande acontecimento político e discursivo, que dele se derivou todos os outros acontecimentos que levou Jair Messias Bolsonaro, um político do *baixo clero*, como já referido, sem nenhuma expressividade política e nenhum grande feito, a se tornar o presidente da nação mais importante da América do Sul.

O poder se alternou, no Brasil, da extrema-direita, a Ditadura Civil Militar (1964-1985), para um pleito eleitoral que, pelo voto indireto, elegeu, em janeiro de 1985, Tancredo Neves como Presidente do Brasil. Contudo, logo após a sua eleição, Tancredo veio a adoecer e, em consequência da sua doença, faleceu antes mesmo de assumir o governo do Brasil. A sua morte ceifou grandemente a esperança do povo brasileiro, pois o presidente representava, naquele momento, a possibilidade de um regime democrático para o país, tendo em vista o fato que Tancredo era um político moderado e que havia se tornado um símbolo das *Diretas já*, rumo à implantação da democracia no país.

As *Diretas Já* foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido entre 1983 e 1984. A possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República no Brasil se concretizaria com a votação da proposta de *Emenda Constitucional Dante de Oliveira*, pelo Congresso. Entretanto, a proposta de Emenda Constitucional foi rejeitada, frustrando a sociedade brasileira.

Com a morte de Tancredo Neves, assume a presidência do Brasil, o seu vice, José Sarney, que anos antes havia sido presidente do Partido Democrático Social (PDS), um partido político de direita, sucessor do Partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e que dava sustentação ao regime militar, desse modo, a assunção de Sarney produziu um arrefecimento na esperança de que um governo realmente democrático, alinhado às pautas sociais. Contudo, o governo, que durou cinco anos, foi um completo desastre, marcando-se pelo total descontrole econômico e social.

Em 1989, aconteceu a primeira eleição por voto direto, assim Fernando Collor de Melo venceu uma disputa acirrada à presidência, que contou com mais de 20 candidatos, derrotando-os com um discurso em defesa de uma agenda liberal e prometendo o enxugamento do Estado com o programa de *caça aos marajás*, funcionários públicos que recebiam salários milionários.

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos\\_jornal/arquivosPdf/070102.pdf](http://www.senado.gov.br/noticias/jornal/arquivos_jornal/arquivosPdf/070102.pdf). Acesso em 13 jan. 2021.

A expressão *caça aos marajás* funcionou, então, como mote da campanha de Collor, que se arvorava como o paladino da luta contra a corrupção, começando a limpeza pelos marajás, funcionários, muitas vezes fantasmas, que recebiam salários milionários da máquina estatal. Com isso, o candidato Collor, derrotou o seu oponente, o petista Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno.

Desse modo, a presidência da nação foi assumida por mais um dissidente do partido sustentáculo do regime militar, o ARENA, onde começou sua carreira política quando foi nomeado prefeito de Maceió, em 1979, pelo então governador Guilherme Palmeira, cargo ao qual renunciou, em 1982, ano em que foi eleito deputado federal pelo PDS.

Collor filiou-se, então, à organização de jovens presidida por Daniel Sampaio Tourinho, denominada de Partido da Juventude (PJ), que foi rebatizada de Partido da Reconstrução Nacional (PRN), partido pelo qual foi eleito presidente, sendo apoiado por todos os partidos de direita e conservadores como o Partido da Frente Liberal (PFL).

Ao nos atentarmos a este fato, constatamos que todo este amontoado de siglas partidárias produz, na evidência, o efeito de que o presidente estivesse buscando a sua verdadeira identidade política, mas essas siglas funcionam como paráfrases, uma vez que todas convergem para a mesma direção, instalando o mais do mesmo, pois todas elas conformam partidos de direita ou conservadores, identificados com o modelo de hierarquia e de repressão militares.

Orlandi (2009) define esse funcionamento como sendo um jogo decorrente do processo parafrástico, em que velhos sentidos são “requantados” por novos dizeres, assim, de tanto repetir o mesmo e de ir substituindo uma palavra pela outra, os sentidos novos se instalam fazendo funcionar, em um batimento concomitante, a polissemia. Nessa compreensão, a paráfrase representa a reiteração de velhos sentidos que, segundo a autora, retornam sempre aos mesmos espaços do dizer, assim, o dizer é revestido por outras palavras, por outras formulações, mas que se produzem e que fazem funcionar, como efeito, o já-dito através da recorrência de sentidos sedimentados, estabilizados, cristalizados.

No jogo político daquele momento pós-ditadura civil militar, as estratégias eram urdidadas de modo a realizar invenções, rearranjos que passassem a impressão de uma diversidade partidária, mas o funcionamento político-ideológico era o mesmo, quer fosse na ARENA, no PDS, no PJ, no PRN ou no PFL, pois a lógica de governança era a mesma: a do *Estado mínimo* e do descaso com as pautas sociais.

O *Estado mínimo* é entendido, então, como um modo de governo que passa a intervir o mínimo possível na Economia, não intervindo na regulamentação do Mercado, afinal, o

Mercado se regula com suas próprias leis. Ocorre que ao focar na maior eficiência econômica do Estado, funções consideradas essenciais são passadas às mãos da iniciativa privada, comprometendo a sobrevivência dos mais empobrecidos. Nos últimos anos têm ocorrido várias medidas nessa direção: a já mencionada “flexibilização” das leis trabalhistas, as mudanças na previdência social. etc., pois, por essas medidas, o Estado se torna mínimo na aplicação de recursos em causas sociais tais como, saúde, segurança, educação e seguridade social.

O governo de Collor foi marcado por tumultos e acusações de várias irregularidades, assim, sem o apoio do congresso, sem conseguir estabilizar a economia e sem apresentar, tampouco, um programa que apresentasse resposta para as demandas relativas às questões sociais, o seu pedido de *impeachment* foi colocado como pauta para a Câmara dos deputados, que iniciou os trabalhos, mesmo com o presidente tendo renunciado momentos antes, através de carta, tentando evitar a inelegibilidade por oito anos<sup>6</sup> e, ao mesmo tempo, amainar o clamor das ruas, representado pelos “caras pintadas<sup>7</sup>”.

Itamar Franco, na condição de vice-presidente do Brasil, assumiu definitivamente o governo após a renúncia e impeachment do presidente Collor e permaneceu no poder até o dia 1º de janeiro de 1995. Assim, pela primeira vez desde a Ditadura o país passou a ser comandado por um presidente que se dizia contrário ao regime militar, pois, apesar de aceitar compor, estrategicamente, a chapa de Collor e até se filiar em seu partido (PRN), Itamar sempre se posicionou contra os militares e sempre foi filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), um partido, até então, notadamente de oposição ao militarismo.

Enquanto presidente, Itamar manteve-se discreto e empregou todos os seus esforços no objetivo de melhorar a economia brasileira, que ia de mal a pior. Em seu governo foi criado o *Plano Real*, que assegurou uma maior estabilidade à economia. Além disso, esboçou um gesto, ainda que tímido, de aproximação a uma política voltada para as pautas sociais, quando se aliou ao projeto *Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida*<sup>8</sup>, encampando o movimento social liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

---

<sup>6</sup> No dia 29 de dezembro de 1992, pouco antes de iniciar o julgamento de Collor no Senado, o presidente renunciou, através de uma carta, mas os senadores decidiram manter o processo de impeachment, assim, no dia 30 de dezembro, por 76 votos a favor e 3 votos contra, Fernando Collor é condenado à perda do mandato e à inelegibilidade por oito anos.

<sup>7</sup> Às vésperas de enfrentar o processo de impeachment, Fernando Collor de Melo, no dia 13 de agosto fez um pronunciamento à nação pedindo para que os brasileiros saíssem às ruas vestidos com as cores da bandeira do Brasil como forma de apoio ao seu governo. Em resposta, milhares de estudantes saíram às ruas, mas vestidos de preto e pintados da cor da bandeira e pedindo o impeachment de Collor.

<sup>8</sup> A ação da cidadania nasceu em 1993, formando uma imensa rede de mobilização de alcance nacional para ajudar 32 milhões de brasileiros que, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estavam abaixo da linha da pobreza. Assim, foi o movimento social mais reconhecido do Brasil. Seu principal eixo de atuação fazia-se por uma extensa rede de mobilização, formada por comitês locais da sociedade civil organizada,

Com Itamar Franco, inaugura-se a sucessão presidencial marcada pelos políticos de “centro”, assim, Fernando Henrique Cardoso, antes partidário do MDB/PMDB e, finalmente, do PSDB, venceu as eleições e governou por dois mandatos sucessivos, marcados por altos e baixos. No primeiro mandato, obteve, através da abertura dada na direção de uma onda neoliberal mundial, grandes ganhos econômicos. Mas, ao mesmo tempo, privatizou várias estatais, sendo criticado até hoje por esse gesto. No segundo mandato, a sua popularidade caiu vertiginosamente após a crise energética e o duro racionamento a que foi submetido o povo brasileiro. A crise acabou afetando a economia, causando prejuízos bilionários e, conseqüentemente, provocou um desgaste tão grande na popularidade do presidente, que não conseguiu eleger o seu substituto.

Na eleição de 2002, finalmente a esquerda elege como presidente Luiz Inácio Lula da Silva, depois de três derrotas em outros pleitos. O operário, sindicalista e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu o governo do país com uma grande popularidade, pois se constituía como uma forte representação para o povo trabalhador, dada a sua trajetória de vida e militante político e sindicalista. Logo, tornou-se ícone para uma grande parcela da sociedade que teve as suas esperanças renovadas, tanto por se ver representada, quanto pela promessa de políticas que diminuíssem as desigualdades causadas pelo fosso social instalado pelas políticas anteriores ou pela ausência delas.

O presidente Lula começou o seu governo fazendo grandes revoluções em direção às pautas sociais, mas viu seus projetos serem abalados pelo escândalo do mensalão<sup>9</sup>. Contudo, conseguiu sair do escândalo com sua popularidade ainda mais alta.

A sua gestão, sob o ponto de vista dos aliados mais radicais, não seguia as diretrizes do Partido dos Trabalhadores que constam do “Manifesto”<sup>10</sup> da criação do partido, em 1980. Sobretudo, porque Lula, para assegurar a governabilidade, fez alianças com setores historicamente repudiados, como a bancada ruralista e a bancada evangélica. Para que sua candidatura fosse viável e vista com menos desconfiança por setores do mercado, Lula, em

---

geralmente as lideranças comunitárias, mas com participação de todos os setores sociais. Disponível em: <https://www.acaodacidania.org.br/nossa-historia>. Acesso em 15 abr. 2021.

<sup>9</sup> Trata-se de um escândalo de corrupção descoberto em 2005 por meio de uma gravação secreta. Nela, Maurício Marinho – na época chefe do departamento de Contratação dos Correios – foi flagrado recebendo propina de três mil reais em nome do deputado federal Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Depois de o vídeo ter sido divulgado, Marinho fez uma delação sobre os detalhes do Mensalão – que envolvia não apenas os Correios e o PTB, mas também o PT e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Logo após o flagrante, Jefferson também delatou todo o esquema de corrupção. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mensalao-o-que-aconteceu/>. Acesso em 15 jun. 2021.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://pt.org.br/wp-content/uploads/2014/04/manifestodefundacaopt.pdf>. Acesso em 15 abr. 2021.

concordância com o diretório do partido, assinou e publicou a “Carta ao povo brasileiro”<sup>11</sup>, em 22 de junho de 2002, em São Paulo, onde se comprometia, entre outros aspectos, a preservar o superávit primário, bem como dialogar com todos os setores políticos, econômicos e sociais.

Estas e outras ações deixaram descontentes e desconfiados uma parcela dos partidários mais à esquerda. Contudo, o governo Lula teve o apoio da maioria dos eleitores brasileiros, fato constatado pelos altos índices de aprovação e sua grande popularidade manifestada, após seus dois mandatos, com a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010.

Dilma Rousseff (2011-2016) foi a primeira mulher a ser eleita para o mais alto cargo do país, a presidência do Estado brasileiro. Em 26 de outubro de 2014 foi reeleita em segundo turno disputado contra Aécio Neves (PSDB). Em 12 de maio de 2016, com o acirramento da crise político-econômica de 2014<sup>12</sup>, foi afastada de seu cargo por até 180 dias devido à instauração de um processo de impeachment que vinha sendo movido contra ela em razão de “pedaladas fiscais”<sup>13</sup>, resultando em processo de cassação, em 31 de agosto de 2016, quando, novamente, os políticos do chamado “centrão” voltaram ao poder com a posse de Michel Temer, o vice de Dilma.

Temer (2016-2018) assumiu a presidência da República brasileira com um significativo apoio dos congressistas, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e de várias outras instituições e empresas que patrocinaram um *golpe* contra Dilma Rousseff. Contudo, o presidente Temer logo se viu envolvido em vários escândalos para os quais sobejavam provas, mas a blindagem do congresso o manteve no cargo. Sua gestão marcou-se pela retirada imediata dos direitos sociais, historicamente conquistados e necessários à vida dos trabalhadores, pois a perda de tais direitos, especialmente os trabalhistas, para

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em 15 abr. 2021.

<sup>12</sup> A crise a que nos referimos instalou-se como um fenômeno mundial, motivada pela crise da China que diminuiu a sua demanda externa forçando a queda de preços dos *commodities*, na segunda metade de 2014. Assim, a principal matéria prima do país, o petróleo, que em junho de 2014 tinha o barril vendido a \$108,37 (cento e oito dólares e trinta e sete cents), em janeiro de 2016, chegou a ser vendido por \$29,78 (vinte e nove dólares e setenta e oito cents). Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=petr%C3%B3leo-bruto&meses=300>. Acesso em 20 abr. 2021.

<sup>13</sup> A *Pedalada fiscal*, segundo o site do Senado Federal, é o “Apelido dado a um tipo de manobra contábil feita pelo Poder Executivo para cumprir as metas fiscais, fazendo parecer que haveria equilíbrio entre gastos e despesas nas contas públicas. No caso do governo Dilma Rousseff, o Tribunal de Contas da União entendeu que o Tesouro Nacional teria atrasado, voluntariamente, o repasse de recursos para a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de programas sociais como Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, benefícios sociais como o abono salarial e o seguro-desemprego, e subsídios agrícolas”. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pedalada-fiscal>. Acesso em 22 jun. 2021.

beneficiar o empresariado brasileiro, foi a moeda de troca com os idealizadores e financiadores do impeachment de Dilma.

Chamamos o impeachment de Dilma Rousseff de *golpe* em razão de que o suposto crime de responsabilidade fiscal, pelo qual Dilma foi acusada, já havia sido cometido por Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, sem que a estes fossem atribuídos nenhuma sanção pelo sistema judiciário, no entanto, no caso da presidenta, seus opositores exigiram a punição máxima, sua cassação, o que marcou o trabalho da justiça pela falta de isonomia e pela imparcialidade.

De toda maneira, a gestão Temer foi gradativamente cimentando o caminho para a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República do Brasil, que acabou de enterrar qualquer resquício das conquistas sociais da classe trabalhadora e pobre do país. As medidas econômicas do governo Temer foram/são impactantes, por exemplo, o congelamento do orçamento dos investimentos públicos por vinte anos, as reformas pouco populares como a trabalhista, que propôs a “flexibilização” da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, todas medidas de favorecimento ao empresariado em detrimento da classe pobre e trabalhadora do país.

As principais alterações feitas à CLT foram: acordos coletivos entre empregados e empregadores que passaram a prevalecer sobre o que está previsto em lei; a jornada de trabalho pode ser de até 12 horas de trabalho e 36 horas de descanso, não podendo ultrapassar 220 mensais; a contribuição sindical deixou de ser obrigatória; grávidas e lactantes podem trabalhar em locais de baixa e média insalubridade, enfim, todas as medidas que privilegiam apenas os empregadores e não aos trabalhadores.

Diante deste contexto, Bolsonaro, um capitão reformado do exército brasileiro, que foi deputado federal por sete mandatos, entre 1991 e 2018, sendo eleito através de diferentes partidos ao longo de sua carreira política, elegeu-se Presidente do Brasil pelo Partido Social Liberal (PSL), ao qual permaneceu filiado até novembro de 2019. Na sua longa carreira política, pautou-se sempre pelo discurso em prol do liberalismo econômico, pela rigidez nas pautas de costumes, apresentando-se como um antipolítico e se dizendo, inclusive, um *outsider*.

O *outsider* é um tipo de político que se coloca contrário aos políticos tradicionais e suas velhas formas de fazer política. Trata-se, então, da ideia de uma nova formatação política que tencionava atender a absoluta frustração dos brasileiros com aqueles que, supostamente, transformaram o país numa avalanche de corrupção, pois os eleitores, cansados dessas práticas políticas, tendem a votar em uma figura que não esteja ou diz não estar envolvida com o sistema tradicional e que, mesmo sem experiência eleitoral, traga alguma bagagem que agregue algum

valor à política. Contudo, como vemos, o conceito não cobre as práticas políticas de Bolsonaro, nem antes, pois se trata de um político do meio, com longos anos de experiência e, tampouco depois da sua eleição, tendo em vista o acirramento da crise pelo qual o país está passando.

### **1.1. Ondas multicoloridas: a alternância de poder político entre tendências mais à esquerda e, predominantemente, mais à direita**

Essa assunção ao poder, de candidatos pouco prováveis à condição de governantes de importantes nações não foi/é, contudo, um processo exclusivo do Brasil, visto que se processou em vários países do mundo<sup>14</sup>, que elegeram candidatos inesperados, exatamente por assumirem, à contramão da ideologia vigente, mesmo quando seus discursos sejam inscritos em ideologias consideradas retrógradas e de direita.

Este recente acontecimento histórico passou a ser nomeado como *guinada à direita* e, dentre outras características, instituiu o neoliberalismo como principal sistema político e econômico. Na América do Sul, este movimento de guinada à direita, que se iniciou em meados de 2010, foi denominado de *onda conservadora* ou *onda azul*, sucedendo a guinada à esquerda ou *onda rosa*.

Para melhor compreendermos este fenômeno de guinadas, tanto no Brasil quanto no mundo, ora por onda rosa, ora por onda azul, recorremos a Silva (2014, p. 02), que, ao dizer sobre a inspiração dos políticos sul-americanos, afirma que

A evidente inspiração vinha da ascensão de partidos de centro-esquerda europeus ao poder na segunda metade dos anos 1990, nomeada por analistas da mesma maneira. Se o fenômeno latino-americano, num olhar mais apurado, não guarda tanta relação com o europeu, devendo ser compreendido por si mesmo, ao menos a expressão pode ser aproveitada. Opto por utilizá-la muito por seu poder provocativo. Como se verá, as políticas e perspectivas concretas dessas esquerdas no poder não são tão radicais ou revolucionárias quanto parecem a alguns analistas mais afoitos ou temerosos. Falar em “onda rosa” é mais apropriado do que em “maré vermelha”, ou algo do tipo.

Vários políticos chamados de progressistas “surfaram” esta onda rosa, de modo a se elegerem e até apresentarem propostas que proporcionavam significativas mudanças sociais, assim, foram governos que resgataram e que melhoraram a vida de muitas pessoas. Mas, em

---

<sup>14</sup> A vitória de Donald Trump, nos Estados Unidos, e a ascensão de partidos de extrema-direita, na Europa, são marcos mundiais da *guinada à direita*.

todos eles, faltava um projeto de longo prazo, que trouxesse esclarecimento político aos mais jovens, no sentido de torná-los conscientes de que, no passado, o Estado foi submetido a uma outra ordem político-ideológica, a de cunho liberal-conservador, o que implicava no fato de que os direitos, agora contemplados, não faziam parte das pautas daqueles governantes.

Esse modo de funcionamento, que aumentou o poder de consumo e, em consequência, aumentou o nível de exigência da população, que passou a se posicionar em razão da melhoria da qualidade de vida, marcou o que veio a seguir, a guinada à direita ou a onda azul conservadora, que levou o povo para as ruas nas manifestações de 2013, inclusive uma grande população juvenil<sup>15</sup> que, manifestando-se em prol da volta dos militares ao poder, contribuíram com a criação das condições de produção ideal para a emergência de Bolsonaro ao governo do país. Um gesto que, pelos discursos de campanha<sup>16</sup> do então candidato, e por sua formação militar, fazia ecoar uma memória da Ditadura no Brasil. Portanto, esse movimento de guinada à direita, à esquerda e novamente à direita é uma forma política recorrente na América latina e, especialmente na América do sul.

## **1.2. Os acontecimentos mundiais e a implantação de uma política neoliberal**

O ponto de partida do acirramento neoliberal de extrema direita, marcado pelo conservadorismo e pelo nacionalismo, dá-se, do nosso ponto de vista, em decorrência de uma série de eventos que tiveram grande repercussão no ano de 2010 e que se acirraram, nos anos que se seguiram, marcando um período que ficou conhecido como *Primavera Árabe*, uma expressão criada para designar a onda de protestos que marcou os países árabes, a partir do final do ano de 2010.

Esse momento político marcou-se de modo contundente, pois não se caracterizou como efêmero ou como isolado e sem repercussões, visto que se instalou como um período conturbado, com muitos gestos de resistências e com transformações históricas que deram novos rumos e nova reconfiguração para a política mundial.

---

<sup>15</sup> Falaremos mais sobre este assunto em outro tópico, quando traçarmos os perfis dos bolsonaristas.

<sup>16</sup> Bolsonaro, enquanto deputado federal, ao votar pelo impeachment de Dilma Rousseff, homenageou o coronel Ustra, um famoso torturador da Ditadura, no Brasil: “[...] Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo ‘Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos’, o meu voto é sim”. Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415\\_bolsonaro\\_ongs\\_oab\\_mdb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb). Acesso em 12 abr. 2020.

Ao tratamos da resistência, não a tomamos como um simples gesto de oposição, mas como um movimento que se dá no momento em que os sujeitos são individuados pelo Estado, pois a individuação é um processo marcado por falhas e aberto às possibilidades de ruptura, dado que sujeitos distintos interpelados por uma mesma formação ideológica, se relacionam, também distintamente, com as instituições reguladoras e repressoras do Estado (ORLANDI, 2007; 2012).

Enquanto produtora de evidências, as formações ideológicas funcionam no interior das instituições, assegurando as relações de poder e sustentando o imaginário de que as coisas só podem ser de uma forma e não de outra. Contudo, o caráter simbólico da ideologia a torna sujeita ao equívoco, daí o Estado, regrado ideologicamente, ser sujeito a falhas, que abrem brechas para as possibilidades de ruptura, que possibilitam a resistência dos/nos sujeitos e que instalam sentidos outros, pois, “Nas formas atuais de assujeitamento do capitalismo, há um resto, nas relações dissimétricas, que produz a resistência, não na forma heroica a que estamos habituados a pensar, mas na divergência desarrazoada, de sujeitos que teimam em (r)existir” (ORLANDI, 2016, p. 234).

Nesse entendimento, a *Primavera Árabe*, que é uma onda de manifestações, de protestos e de revoluções ocorridas no Oriente Médio e no norte do continente africano, quando a população foi às ruas para derrubar ditadores e/ou reivindicar melhores condições sociais, se caracteriza como um gesto de resistência, pois produz uma série de rupturas no campo político, com reflexos no âmbito mundial, produzindo efeitos ainda hoje, 2021, para muitos povos.

Dentre os principais eventos da Primavera Árabe, destacamos o ocorrido na Tunísia, no início de dezembro de 2010, quando ocorreu a derrubada do ditador *Zine El Abidini Ben Ali*<sup>17</sup>. Esse evento se avolumou e desencadeou-se como uma onda de protestos para outros países<sup>18</sup>, servindo como fonte de inspiração para outras muitas manifestações que se

---

<sup>17</sup> “Milhares de pessoas tomaram as ruas da Tunísia ontem [14/01/2011] para celebrar algo jamais visto no mundo árabe: pressionado, o ditador Zine el Abidine Ben Ali, 74, cedeu a protestos e fugiu do país após mais de 23 anos no poder. Agências de notícias indicaram que o ditador pegou um avião e tentou se exilar na França, mas teve o pedido rejeitado. Seu destino ontem à noite era incerto. Com apoio dos militares – o que gerou suspeitas de que as Forças Armadas pegaram carona na mobilização popular e deram um golpe –, assumiu o poder o premiê Mohamed Ghannouchi, até então aliado de Ben Ali. Ele acenou com a realização de eleições em seis meses, o que havia sido prometido por Ben Ali como um último gesto para tentar se manter no cargo. A revolta na ex-colônia francesa pode ter implicações regionais. O norte da África é dominado por regimes ditatoriais. Líbia e Egito são dominados há décadas pelos mesmos líderes. Logo após a queda do ditador, surgiram sinais de liberalização. “Os preços do pão e do leite foram reduzidos e sites como o YouTube foram liberados, atendendo às reivindicações populares”, disse à Folha o embaixador brasileiro na Tunísia, Luiz Antônio Fachini Gomes”. (PUFF, Jefferson. Revolta derruba o ditador da Tunísia. **Folha de São Paulo**, 15/01/2011). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1501201101.htm>. Acesso em 25 de fev. 2020.

<sup>18</sup> Somaram-se à Tunísia países como a Líbia, o Egito, a Argélia, o Iêmen, o Marrocos, o Bahrein, a Síria, a Jordânia e Omã.

contrapunham às medidas totalitárias da direita mundial. Os reflexos desse movimento de resistência mundial produziram/produzem efeitos ainda hoje em muitos países.

No Brasil, a presidenta Dilma Rousseff chegou ao poder em 1º de janeiro de 2011 com o desafio de suceder Luiz Inácio Lula da Silva, que deixou a Presidência com aprovação popular em alta, após oito anos no poder. Em seu primeiro ano no governo, a primeira mulher a presidir o país manteve a estabilidade econômica, a credibilidade perante o mundo, foi discreta no plano internacional e, sobretudo, rigorosa nas ações de combate à corrupção, fato este, reconhecido a posteriori pelo então ministro da justiça e, hoje, ex juiz Sergio Moro<sup>19</sup>, ressaltando a não interferência nas investigações, mesmo quando contra o governo de Dilma. Do ponto de vista das medidas sociais, a presidenta não as ampliou significativamente, mas conseguiu manter os ganhos sociais do governo do seu antecessor, assegurando o pouco da dignidade conquistada pelo povo trabalhador.

No mesmo período, vários outros países aqui da América do Sul passaram por gravíssimas dificuldades diante da onda conservadora ou onda azul, assim, iniciou-se uma série de revoltas internas: no Brasil<sup>20</sup>; no Chile<sup>21</sup>; na Venezuela<sup>22</sup>; no Paraguai<sup>23</sup>, com a deposição do

---

<sup>19</sup> No dia em que Sergio Moro pediu demissão do cargo de Ministro da Justiça, ao justificar a sua saída, acabou por exaltar o procedimento do governo petista, representado na pessoa de Dilma Rousseff, em dar total autonomia para que a polícia federal pudesse investigar, mesmo que estas investigações recaíssem sobre o próprio governo. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/politica-e-poder/moro-elogia-governo-dilma-quanto-a-autonomia-dada-para-a-pf/>. Acesso em 30 out. 2020.

<sup>20</sup> “O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve início no dia 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com a duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos seus direitos políticos de Dilma”. SENADONOTICIAS. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. **Agência Senado**. 28/12/2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em 25 de fev. 2020.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/15-fatos-cruciais-que-marcaram-o-ano-de-2011/>. Acesso em 24 de fev. 2020.

<sup>22</sup> “Depois da morte de Chávez, em 2013, Nicolás Maduro, que era seu vice-presidente e também do PSUV, já foi eleito e reeleito presidente com a promessa de dar continuidade às políticas do seu antecessor. Só que Maduro herdou a Venezuela já entrando em colapso econômico e tomou medidas que contribuíram mais para a crise. No início de 2014, o país foi tomado por uma onda de protestos contra Maduro [...]”, que usou os órgãos de repressão do Estado ao seu favor. CORAZZA, Felipe e MESQUITA, Lígia. *Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história*. BBC News Brasil em São Paulo e em Londres. 30/04/2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515>. Acesso em 25 de fev. 2020.

<sup>23</sup> “Outros líderes paraguaios passaram antes pelo processo constitucional de deposição, mas Lugo foi o primeiro formalmente destituído. Raúl Cubas preferiu renunciar, em 1999, antes de sofrer um *impeachment* durante os protestos que ficaram conhecidos como “março paraguaio”. Apesar do apoio das outras nações sul-americanas, Lugo pagou muito caro pela morte de seis policiais e 11 sem-terra durante uma operação de reintegração de posse no último dia 15 na fazenda do político e empresário “colorado” Blas N. Riquelme em Curuguaty, no nordeste do país, perto da fronteira com o Brasil”. EXAME. *Lugo, o primeiro presidente do Paraguai cassado*. 04/07/2012. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/lugo-o-primeiro-presidente-do-paraguai-cassado/>. Acesso em 25 de fev. 2020.

presidente e na Bolívia<sup>24</sup>, com a usurpação do poder.

Em vários países, o afastamento de presidentes eleitos representou um forte golpe contra os princípios democráticos e repercutem ainda hoje. Assim, o momento político que vivemos nos dias atuais pode ser compreendido como um dos efeitos do movimento revolucionário denominado como *Primavera Árabe*, visto que se instalou como um acontecimento discursivo, haja vista ter produzido um encontro entre uma atualidade e uma memória (PÊCHEUX, [1983] 2015), constituindo-se como um acontecimento que faz remissão a uma rede de memórias que remontam ao fenômeno ocorrido no século XIX, no que ficou conhecido como a *Primavera dos povos*.

O movimento denominado de *Primavera dos povos* compreendeu uma série de revoluções populares, de cunho liberal, ocorridas no ano de 1848, em quase toda a Europa. Essas revoluções, iniciadas após as conquistas napoleônicas na Europa, se pautavam pela difusão dos ideais de liberdade e de esperança de que a formação das repúblicas pudesse garantir a tão sonhada democracia.

Esse movimento, iniciado com a Revolução Francesa, em 1789, fez espalhar os ideais libertários, de modo a assustar as monarquias absolutistas europeias, que logo trataram de articular a *Santa Aliança*, visando recolocar no poder todas as monarquias depostas com o apoio da Igreja. Dessa maneira, a Santa Aliança constituiu-se como um acordo militar realizado, em 1815, entre as grandes potências monárquicas europeias – a Áustria, a Prússia, a Rússia e a Inglaterra.

Esses movimentos de levantes populares e contra-ataque dos poderes instituídos faz com que a história se “repita” sem ser, contudo, coincidente, colocando em funcionamento uma dada forma de reiteração<sup>25</sup>, enunciada por Pêcheux (1990, p. 14) como um jogo entre o “alhores realizado” e o “realizado alhores”.

---

<sup>24</sup> “A queda de Evo Morales, após 13 anos como presidente da Bolívia, repercutiu entre os senadores brasileiros. Tal como ocorre no país vizinho e em outras partes do mundo, também entre os senadores há interpretações antagônicas para os fatos registrados nos últimos dias. Para os senadores mais alinhados a partidos de esquerda, Evo é vítima de um golpe de Estado. Já os senadores de outros espectros políticos entendem que o ex-presidente boliviano perdeu a legitimidade, após tentar a quarta reeleição num processo contestado por amplos setores sociais daquele país, sob acusação de fraudes”. SENADONOTICIAS. *Queda de Evo Morales na Bolívia repercute entre os senadores*. Agência Senado. 11/11/2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/11/11/queda-de-evo-morales-na-bolivia-repercute-entre-os-senadores>. Acesso em 22 de fev. 2020.

<sup>25</sup> A recorrência histórica, sem ser uma repetição idêntica, é assinalada por Marx (2011, p. 25), em “O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte”, quando afirma que a repetição se dá “[...] a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”.

Dessa maneira, o que vemos hoje é o retorno de uma onda conservadora ou onda azul, que se identifica como um fenômeno de reação a vários movimentos políticos ligados à esquerda ou centro-esquerda, denominados de *onda rosa*.

No dizer de Silva (2014, p. 02), a onda rosa

[...] iniciou no final da década de 1990, com a eleição de Hugo Chávez em 1998. Chávez, fundador do Movimento V República (MVR), chegou ao poder em meio ao colapso das instituições e partidos “tradicionais”. Na sequência, Ricardo Lagos, oriundo do Partido Socialista do Chile (PSCh), foi eleito em 2000, representando uma inflexão à esquerda na Concertação, aliança que governava o país desde o retorno à democracia em 1990. Em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito no Brasil em sua quarta tentativa. Na Argentina, Néstor Kirchner se elegeu em 2003, e apesar das origens peronistas, procurou governar como parte integrante desse giro à esquerda. Tabaré Vázquez, da Frente Ampla (FA), venceu as eleições uruguaias em 2004. Em 2005, Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS) da Bolívia, venceu as segundas eleições que disputou, como culminância da crise político-social vivenciada pelo país nos anos anteriores. No ano seguinte, Rafael Correa chegou ao poder no Equador, após fundar um movimento com o intuito de concorrer às eleições presidenciais, o Pátria Altiva e Soberana (PAÍS na sigla em espanhol), também em meio a um colapso de instituições e partidos “tradicionais”. No mesmo ano, Daniel Ortega e sua Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) regressaram ao poder na Nicarágua, dessa vez por meios eleitorais. O ativista social Fernando Lugo chegou ao poder no Paraguai em 2008 encabeçando uma frente de movimentos sociais, sindicatos e partidos de oposição, encerrando uma hegemonia de seis décadas dos colorados. No ano seguinte Mauricio Funes, da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), chegou ao poder em El Salvador.

Como vemos, a “onda rosa” representou um substancial crescimento marcado pela influência da esquerda, na América Latina, entre o fim da década de 90 e o início dos anos 2000, quando foram eleitos muitos chefes de Estado ligados a partidos reformistas de esquerda. Este fenômeno de reação, de guinada à esquerda não se restringiu apenas à América do Sul, como pode ser verificado na matéria de Ângelo (2019), no *Jornal Brasil de Fato*<sup>26</sup>.

Do mesmo modo, a “onda azul” se instala por um movimento de guinada à direita, marcando um redirecionamento político de grande parte do mundo ocidental, com uma política que visa restabelecer as velhas e carcomidas práticas políticas de negação dos direitos, com a chamada pauta política neoliberal.

---

<sup>26</sup> ANGELO, Tiago. *O que você precisa saber sobre o crescimento da extrema direita europeia*. **Jornal Brasil**. São Paulo, 05/04/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/05/o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-crescimento-da-extrema-direita-europeia>. Acesso em 01 de mar. 2020.

Para compreendermos, então, a dinâmica da política instalada no Brasil hoje, temos de nos atentar para as medidas que são aprovadas, visto que elas tomam de assalto todos os ganhos sociais que os brasileiros obtiveram no curto período democrático. São medidas que vão, pouco a pouco, se desnudando e se revelando como usurpadoras dos direitos trabalhistas pois, como medidas neoliberais, protegem apenas o mercado e a elite enquanto retiram ganhos e direitos de uma população já francamente empobrecida.

É interessante nos atentarmos aos nomes que receberam esses movimentos de guinada à direita e à esquerda, mundialmente recorrentes. Ambos os movimentos são tidos como *ondas* que, por seus modos de constituição, se formam e se propagam em escalas, portanto, de forma tênue ou avassaladora, visto se tratar de uma forma de energia. A onda, aqui tomada como metáfora, tanto branda quanto violenta, tem como característica comum a condição de efemeridade. Assim, a onda é algo que já se constitui como passageira e, ao ser adjetivada pela cor azul ou rosa, marca-se, respectivamente, pela guinada à direita – *onda azul* – ou pela guinada à esquerda, *onda rosa*.

Nesse funcionamento, a adjetivação das ondas por cores aciona a memória do dizer, conduzindo-nos, de imediato, a associá-las, pelo efeito metafórico que as constituem, o que, segundo Pêcheux (2009), funciona como uma substituição que é responsável pela constituição dos sentidos: a cada novo enunciado produzido, há efeitos metafóricos em funcionamento para garantir que seja possível que sentidos deslizem de um termo a outro, permitindo a construção de novos discursos e novos sentidos. As cores azul e rosa, remetem às cores que marcam as distinções de gênero, que constituídas historicamente, são constantemente reiteradas, como no discurso da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves<sup>27</sup>.

Essa memória, em constante reverberação, atribui às cores o que historicamente é relativo ao sexo masculino e ao feminino. Assim, a história de dominação do sexo masculino sobre o feminino, estende seus sentidos às ondas, produzindo, com a “onda azul” efeitos de que o poder sempre esteve do lado do sexo masculino, portanto, sempre se deteve na mão do poder hegemônico, ditatorial, oligárquico que, mais recentemente, vem sendo ameaçado por “ondas rosas”, ou seja, os deslizamentos de sentidos nos remetem a pensar esta “ameaça” como decorrência da insurgência e do empoderamento do sexo feminino, do poder e dos direitos daqueles que historicamente estiveram apartados de qualquer forma de poder. Desse modo,

---

<sup>27</sup> “Menino veste azul e menina veste rosa”, declaração dada pela ministra, que é pastora evangélica, em vídeo amador que circulou no dia 02/01/2019, um dia após a sua posse, quando já havia afirmado, no discurso de posse, que “[...] menina será princesa e menino será príncipe”. PAINS, Clarissa. *Menino veste azul e menina veste rosa*, diz Damares Alves em vídeo. O Globo, 03/01/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>. Acesso em 01 de mar. 2020.

acreditamos não ser trivial que as ondas, que marcam poderes da direita e da esquerda, sejam identificadas com as cores que historicamente estabelecem as distinções de gênero.

Além disso, guinar à esquerda ou à direita produz sentidos que colocam em circulação uma dada memória do dizer, pois, pelo discurso religioso, estar à direita é estar do lado certo, como o bom ladrão que, estando à direita de Jesus, ganhou o reino dos céus, através de suas palavras: “Na verdade, te digo, ainda hoje estarás comigo no paraíso” (Lc 23, 43). O bom ladrão tornou-se santo (São Dimas), e é o “[...] padroeiro dos pecadores arrependidos da hora derradeira, dos agonizantes, da boa morte (GALVÃO, 2019, texto não paginado)”. Tanto o bom quanto o mau ladrão, Simas, à esquerda de Jesus, cometeram crimes que foram punidos com a pena máxima, a crucificação, assim, na cena do calvário, o mau ladrão é o mais despido e é o que é mais punido pelos soldados. Ainda, pelo discurso religioso, o “canhoto” passou a se constituir como um dos nomes do demônio, assim os que nasciam com lateralidade dominante para a mão esquerda, eram associados ao demônio e, em razão disso, punidos.

Segundo Lamas (2018, texto não paginado):

A teoria mais aceita hoje é de que o problema tenha começado há cerca de 350 mil anos entre os povos neandertais europeus, que deram origem às populações ocidentais existentes hoje. Isso porque, no Hemisfério Norte, se você se orientar pela Estrela Polar à noite, o Sol parece se movimentar da direita para a esquerda ao nascer. Logo, a direita ficou como a mão do nascente, que traz a vida, e a esquerda como a que tira, no poente.

Como vemos, é no modo de funcionamento da língua e da sua filiação a sentidos ditados alhures que os efeitos se produzem. Assim, tanto pela adjetivação das ondas (direita e esquerda) quanto pelos discursos e modos de governar que caracterizam cada onda, é na língua enquanto discurso, marcada pelo encontro entre uma atualidade e uma história, que podemos buscar as pistas e as marcas no dizer, tão caras ao analista de discurso, para dar visibilidade ao funcionamento da linguagem, que leva em conta a exterioridade que determina um dado modo de dizer.

Esse funcionamento é marcado pelas medidas governamentais que funcionam sempre envoltas em eufemismos, que as tornam sempre revestidas de “boas intenções”, aparentando positividade e funcionando de modo a produzir um simulacro que engoda o sujeito pela/na aparente preocupação e garantia dos direitos humanos, quando são eles que são geralmente usurpados.

Estas ações de cunho populista, quando efetivamente são dirigidas às massas mais empobrecidas, se transvestem de benevolência humanitária e acabam se revelando como uma

falsa solidariedade paliativa que só dura até as próximas eleições. De forma que o sujeito é engodado de ambas as formas, pela presença das políticas paliativas que não são eficazes na resolução do seu problema ou pelo eufemismo usado para produzir efeitos de positividade diante da calamidade social e econômica pela qual passa a grande maioria dos brasileiros.

As medidas governamentais têm se tornado casos exemplares desse funcionamento, pois são nomeadas e discursivizadas de modo a tornarem-se simulacros que engodam o sujeito em formulações que, na evidência, parecem valorizá-lo e tomá-lo como responsável pelo “progresso”, pelo “desenvolvimento” do país, quando, de fato, se constituem como um discurso de usurpação dos direitos humanos, especialmente os trabalhistas.

Trazemos, como exemplo, uma medida colocada em funcionamento pelo governo Temer, denominada de *flexibilização das leis trabalhistas*, para dar visibilidade ao fato de que o discurso de justificação da medida foi o de que, com a flexibilização das leis trabalhistas, diminuiria ou acabaria com o déficit de empregos no Brasil.

Nessa direção, a flexibilização foi tomada em sentido positivo, pois, ainda que houvesse redução de direitos adquiridos, ela serviria ao propósito de empregar um maior número de pessoas. Ocorre que, na conjuntura atual, quem foi favorecido com a flexibilização das leis trabalhistas, foram os empresários, pois a medida não significou aumento de emprego, melhoria das condições de trabalho ou tampouco aumento salarial, visto que beneficiou tão somente o setor privado, que obteve mais ganhos e usurpou direitos, amparado pela lei<sup>28</sup>.

Esses funcionamentos, edificados em discursos que se constituem sempre como uma *ponte para um futuro*<sup>29</sup> promissor e igualitário, são recorrentes nas medidas governamentais, assim, são discursos que dissimulam ataques à classe trabalhadora em nome da “boa intenção dos governantes”, do falso humanismo burguês que sempre se aliou às regras do mercado. Com isso, vemos um Estado cada vez menor e com menores obrigações para com os cidadãos que continuam, em larga medida, sem empregos ou na informalidade, enquanto outros se submetem aos desejos dos patrões e “contribuem” com altas taxas tributárias que incidem sobre seus mínimos salários. Neste caso, invertamos as palavras para que o sentido delas também sejam

---

<sup>28</sup> Ressaltamos que o atual presidente da república, à época candidato à presidência, afirmou que “[...] é melhor ter menos direitos e ter emprego do que manter direitos e perder o trabalho”, marcando já, por seus modos de dizer, ao que ele viria. **Estadão conteúdo**, 21/05/2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/para-bolsonaro-e-melhor-menos-direitos-trabalhistas-que-perder-o-emprego/>. Acesso em 01 de mai. 2020.

<sup>29</sup> Trata-se de um pacote de medidas proposto pelo governo Temer, que retiram direitos dos trabalhadores. O documento “Ponte para o Futuro” foi lançado pela Fundação Ulysses Guimarães, o braço teórico do PMDB. Em linhas gerais, o programa previa menos segurança e direitos aos trabalhadores, trabalhos por mais anos aos idosos entre outras maldades. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/>. Acesso em 20 mar. 2021.

outros, explicamos: o salário mínimo é algo institucionalizado e tem um valor fixado pelo Estado, mas o mínimo salário, não. Trata-se, muitas vezes, de acordo firmado entre patrão e empregado, que, para não ficar sem uma fonte de renda, se submete a acordos nem sempre favoráveis.

Michel Temer (PMDB) assumiu o poder após a cassação do mandato de Dilma Vana Rousseff<sup>30</sup>, com o total e irrestrito apoio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), dos liberais na economia e conservadores nos costumes, dos partidos conservadores, dos partidos que congregam uma grande frente chamada de “centrão”<sup>31</sup> e dos partidos da direita, movidos pelos interesses econômicos. Assim, a proposta de “uma ponte para o futuro” apontou como resultado a perda de direitos por parte dos trabalhadores e o consequente aumento do número de trabalhadores colocados na informalidade.

Esses modos de funcionamento pelos ditames do mercado não são movimentos isolados ou restritos ao Brasil, mas se trata de uma recorrência, de uma onda neoliberal mundial, que se avoluma e que se volta à destituição de direitos fundamentais, engodando a classe trabalhadora por um imaginário, produzido pelo Estado e difundido pelas mídias, de que essas medidas são necessárias ao “crescimento”, ao “desenvolvimento”, ao “progresso” e à sustentação do país. Contudo, tal funcionamento é da ordem de uma ideologia eficaz que faz com que “todos” saibam que o sacrifício social é necessário para que as contas do Governo Federal sejam ajustadas.

A eficácia da ideologia neoliberal é exatamente a de fazer com que a classe trabalhadora assuma o ônus do desenvolvimento. Tanto que, recentemente, o seu “sacrifício” foi o de ampliação do tempo de trabalho, sob o argumento de que é a previdência brasileira que quebra o país, sendo, portanto, necessário que as leis trabalhistas fossem “flexibilizadas” para que os patrões e os empregados pudessem, amparados legalmente pelo governo, “negociar” as condições de trabalho e gerar mais empregos.

---

<sup>30</sup> Dilma Rousseff sofreu impeachment sem que lhe fosse imputado judicialmente nenhuma arbitrariedade, fato que só posteriormente veio à tona, como mostra a reportagem *Golpe Confessado. Janáina Paschoal admite farsa do impeachment: “Alguém acha que Dilma caiu por um problema contábil?”*, de Fábio M Michel, da RBA, do dia 14/09/2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/09/janaina-paschoal-admite-farsa-do-impeachment-alguem-acha-que-dilma-caiu-por-um-problema-contabil/>. Acesso em 25 de fev. 2020.

<sup>31</sup> Grupo suprapartidário com perfil de centro e direita criado no final do primeiro ano da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 para dar apoio ao presidente da República José Sarney. Foi responsável pela reviravolta no processo de elaboração constitucional ao conseguir alterar, por meio de um projeto de resolução, as normas regimentais que organizavam os trabalhos constituintes. Era comandado por lideranças conservadoras do Partido da Frente Liberal (PFL), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do Partido Democrático Social (PDS) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e contava também com parlamentares do Partido Liberal (PL) e do Partido Demócrata Cristão (PDC). Verbetes disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centrao>. Acesso em 02 jan. 2021.

Esse percurso parece-nos, então, necessário para compreendermos as condições de produção atuais do Estado Brasileiro, neste momento pandêmico, em que o medo e o desespero tomam as mais variadas formas – medo da epidemia, medo da insegurança financeira, medo da fome etc. –, pois tanto no contexto histórico quanto no imediato (ORLANDI, 2015), a onda neoliberal toma de assalto os direitos trabalhistas, que afetam, principalmente, os que mais precisam do Estado.

É nesse movimento e nestas condições de produção, que as práticas neoliberais que tomamos para análise, como um acontecimento discursivo, ganham corpo, visto que os movimentos contrários à “onda rosa”, às esquerdas progressistas, que ainda tentam manter certa política de ganhos sociais, são os que retornam ao poder, promovendo a guinada à direita neoliberal.

Em outras palavras, compreendemos esse movimento como um efeito de uma dada memória discursiva, que coloca em circulação práticas usuais da política, inspiradas no movimento conservador da “Santa Aliança”, que restabeleceu a “ordem” absolutista na Europa do século XIX.

É este momento anterior, esse modo de governar do passado que vem de alhures assombrar o momento presente, de modo a instalar, pela força do discurso mercadológico e dos partidos de direita, Bolsonaro como presidente do país. Dar, então, a conhecer as condições de produção do movimento que levou à proposição de um modelo de governar para as elites, é dar a compreender as verossimilhanças, as permanências e as rupturas nos discursos que produziram, por ondas, a guinada ao poder de uma direita neoliberal, que o presidente brasileiro representa.

Segundo Jaquet (2016, p.71), “[...] este ‘anterior’ não é estritamente um referencial cronológico, mas indica um momento outro. Trata-se da possibilidade de restituir toda a abertura de ‘um outro futuro’ para o passado do discurso ao revisar a materialidade dos enunciados que o compõe”. Portanto, esta interface com a história e a memória que se reinscreve, nos possibilita pensar que esse movimento de recorrência, instala-se como um acontecimento discursivo, atualizando uma memória que se instala a partir de um alhures realizado, que funciona hoje, como um realizado alhures que insiste em se colocar, seja como tragédia ou farsa.

As políticas do governo atual funcionam de modo a realocar uma antiga prática simbólica, reatualizada em discursos que se marcam na língua e que se concretizam como práticas de negação da liberdade e do desmonte do estado de direito. Um discurso que, produzido na eficácia própria da ideologia que o sustenta, leva principalmente os que têm os

direitos usurpados a assumirem como seu o discurso da necessidade de ‘desesquerdização’, que, enquanto discurso que marca o dizer dos governantes atuais, faz eco na voz dos seguidores desse entendimento, principalmente, pelo que comparece como “nosso”, como de “todos”, o que se instala como um acontecimento discursivo que atualiza a memória de modo a que o sujeito se constitua na ilusão de “[...] tornar-se livre para descrever, nele e fora dele, jogos de relações” (FOUCAULT, 2008, p.32).

Para Pêcheux (2008, p. 23), a noção de acontecimento discursivo faz-se exemplarmente sobre o episódio que levou o povo francês às ruas, gritando em uníssono “On a gagné” (Ganhamos!), para comemorar a ascensão de Mitterrand ao poder. Contudo, o autor alerta para a não transparência do enunciado:

[...] o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática (um pronome “indefinido” em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal “gagner” [“ganhar”], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc. – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável [...].

O autor afirma que esse enunciado, utilizado como se fosse o “[...] resultado de uma super-copa de futebol político ou de um jogo de repercussão mundial [...], [torna-se] o acontecimento jornalístico e da mass-mídia que remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente [...] e profundamente opaco” (*idem*, p. 19-20). Assim, o

[...] ‘on a gagné’ [...] constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar. Este grito marca o momento em que a participação passiva do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável (PÊCHEUX, 2008, p. 21).

Vemos, então, que o grito pela ascensão de Mitterrand à presidência da República Francesa faz-se como o grito da torcida em um estádio de futebol, que, pelo jogo metafórico,

“[...] veio sobredeterminar o acontecimento sublinhando sua equivocidade: no domínio esportivo [...] seu resultado deriva de um universo logicamente estabilizado. [...] os resultados eleitorais apresentam a mesma univocidade lógica. Assim, a interpretação político-esportiva não funciona como proposições estabilizadas” (PÊCHEUX, 2008, p. 22).

Podemos dizer, então, que na França de Mitterrand, os sentidos dados no campo esportivo se deslizaram para o domínio político, tal como no Brasil, onde temos uma espécie de tropicalização do acontecimento discursivo francês, pois vemos funcionar a atualização de uma dada memória nacionalista, fazendo efeitos na política, na medida em que, no nosso país, a extrema direita passou a adotar símbolos que representam o orgulho nacional, como é o caso da camiseta da seleção brasileira de futebol e a bandeira nacional como elementos que são usados para expressar o nacionalismo que defendem.

Desse modo, as cores da bandeira do Brasil, especialmente o verde e o amarelo, que representam o amor e o orgulho do brasileiro pelo país, passaram a ser adotadas como símbolos de manifestação político-partidária de um grupo de apoiadores do atual Presidente. Assim, tanto na França quanto no Brasil, os gestos dos apoiadores dos presidentes fazem-se por um simbólico que é marcado pela opacidade, visto colocar, em ambas as situações, o funcionamento de um “nós/nosso” que, apesar de obliterado (tanto no “nós ganhamos” quanto no “nossas cores, nosso orgulho”), faz reverberar, na atualidade do dizer, uma memória que leva Pêcheux, na análise do movimento colocado em circulação pelo gesto simbólico francês, a questionar o quê, como e por que ganhou; enquanto, no Brasil, impõe-se o questionamento acerca das “nossas cores” e dos “nossos símbolos” (a camiseta da seleção e as cores da bandeira) usados por um grupo, como se tal gesto expressasse o desejo de todos os brasileiros.

Dito de outro modo, no Brasil, a apropriação das cores da bandeira nacional, durante a campanha e após a eleição de Jair Bolsonaro, produziu efeitos de um “nós brasileiros” que tamponou o discurso de achatamento da classe operária que se fez a seguir, pois, especialmente os trabalhadores brasileiros, que já vinham sofrendo os efeitos da destituição de direitos, desde o governo de Michel Temer, assistiu o dismantelamento da relação trabalhista pelo discurso governamental, que, transvestido da “boa intenção” de expurgar as instituições de qualquer discurso ideológico, empobreceu e desassistiu a classe trabalhadora, visto que o expurgo ideológico de qualquer pensamento ligado à esquerda, implica necessariamente a implantação de um discurso contrário, portanto um discurso de direita, com toda a sua carga ideológica.

Assim, mesmo instituições sérias e respeitadas, em nível internacional, perderam autonomia, pois, nesses “novos” tempos, todas as ações da maquinaria estatal passaram a funcionar segundo o constante escrutínio do Presidente, que se assumiu como figura central e máxima do poder. Dessa maneira, isso tudo produziu um certo entendimento de que o critério para participar da nova estrutura governamental, antes de qualquer qualidade técnica, moral ou

profissional, deve-se ter uma postura antiesquerdista, ser liberal na economia, conservador nos costumes e obedecer cegamente ao totalitarismo do governo.

Nesses modos de governar, qualquer ministério ou instituto que não corresponda aos interesses do mercado ou que tenham apelo às questões sociais são imediatamente desmontados, como ocorreu com os Ministérios do Meio Ambiente (MMA), da Cultura (MINC) e do Trabalho e Emprego (MTE), entre outras secretarias de grande importância.

No rol de medidas de desmanche social, tivemos ainda, alinhadas aos interesses econômicos privados, a reforma da Previdência e a precarização da Educação, das políticas voltadas aos trabalhadores<sup>32</sup>, entre outras medidas que, paulatinamente vem sendo adiadas em razão da pandemia pelo Covid-19<sup>33</sup>.

Entretanto, antes de partimos para o objeto e o objetivo deste trabalho, parece-nos necessário dar a conhecer o modo como a Análise de Discurso, enquanto dispositivo teórico e de análise, possibilita compreender o *corpus* por nós recortado.

---

<sup>32</sup> Poderíamos elencar várias outras ações do desmanche das políticas públicas e dos direitos sociais, porém, a fim de circunscrevermo-nos ao nosso objeto de pesquisa, não nos alongaremos mais com enfadonhas descrições.

<sup>33</sup> O Corona vírus (Covid-19) é um vírus que causa doença respiratória com sintomas semelhantes a um resfriado (febre, tosse, dificuldade em respirar), podendo causar também pneumonia. O primeiro caso de infecção por coronavírus no Brasil foi confirmado no dia 26 de fevereiro de 2020, após exames realizados pelo Instituto Adolfo Lutz. Até o presente momento a pandemia de corona vírus já matou mais de 430,000 pessoas somente no Brasil.

## CAPÍTULO II

### A ANÁLISE DE DISCURSO E A CONSTITUIÇÃO DOS DISPOSITIVOS TEÓRICOS E ANALÍTICOS

Compreendemos que o funcionamento em torno da pandemia do coronavírus, do bolsonarismo e dos gestos de resistência nas canções de Chico César configura-se como discursos que se instalam de modo a produzir embates entre a política – representada pela figura do Estado, de um lado – e o social, representado pelos(as) cidadãos e cidadãs brasileiros(as), de outro. Nesse jogo de relações de força, o discurso artístico, materializado nas letras das canções de Chico César, marca-se como lugar da contraposição, de resistência às políticas que só agravam as mazelas sociais produzidas pelo Estado.

Esses modos de constituição de políticas públicas voltadas ao poder econômico nos permitem tomar as suas discursividades pelo ponto de vista do discurso polêmico, pois são políticas públicas, do/para o povo, mas que são implementadas e geridas por pessoas que nem sempre se dedicam aos interesses do povo, mas que defendem o entendimento de uma dada forma de governo, portanto, de ideologia, conformando posições sujeito afeitas aos ideários dos governantes que representam e não os da população.

O discurso polêmico, conforme defende Orlandi (2003c, p. 154), traduz-se como, “[...] aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições em que o objeto do discurso está presente, mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que procuram lhe dar uma direção, sendo que a polissemia é controlada. O exagero é a injúria”.

Como já anunciamos, o percurso de análise dos materiais por nós recortados, inscreve-se na perspectiva teórica da Análise de Discurso, cujos principais fundadores são Michel Pêcheux, que a funda na França, e Eni Orlandi, que a amplia e a ressignifica, no Brasil. Os teóricos a concebem como uma teoria de entremeio, visto que se instala entre três outros importantes campos teóricos: a Linguística – a partir da releitura que Pêcheux faz de Saussure; a Psicanálise – a partir da releitura que Lacan faz de Freud; e o Materialismo Histórico – a partir da releitura de Althusser acerca da teoria marxista.

Nesse processo de constituição de uma teoria de entremeio, Pêcheux não toma os pressupostos das três teorias em sua totalidade e os justapõem para formar a teoria do discurso, tampouco faz uma intersecção de três áreas tomando delas o que se constituiu como seu centro de interesse, ao contrário, o autor busca, dentre outros elementos, questioná-las pelo que elas excluem, pelo que deixam de fora dos seus campos de estudos.

Nessa compreensão, o autor questiona a linguística pela noção de sujeito que ela descarta pois, na concepção linguística saussuriana ocorre uma dicotomia entre a língua e a fala, colocando de um lado, a língua enquanto um sistema fechado nele mesmo e, por outro lado, a fala enquanto um modo particular de apropriação desse sistema pelo sujeito. Desse modo, o autor se dedica à compreensão da língua deixando de fora o sujeito que enuncia e que é tomado como exterior a ela.

Da Psicanálise, o autor empresta a noção de sujeito descentrado, mas também não o toma na totalidade daquilo que a área prescreve para o sujeito do inconsciente, produzindo, assim, um deslocamento, visto tomar o sujeito descentrado como sendo constituído não só pelo inconsciente, mas, principalmente, pela ideologia. Desse modo, o sujeito da Análise de Discurso é constituído pela ideologia que o interpela, pela via do inconsciente.

A noção de interpelação do indivíduo em sujeito enquanto um efeito produzido pela ideologia vem do Materialismo Histórico althusseriano, mas não sem questioná-lo, pois o interroga pelo modo como toma a linguagem, ou seja, como transparente, portanto, pela evidência do sentido.

Nas palavras de Orlandi (1999, p. 16):

Em uma proposta em que o político e o simbólico se confrontam, essa nova forma de conhecimento coloca questões para a linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam.

Essa tomada de posição da Análise de Discurso implica em tomar o discurso como objeto teórico, o que, em um único gesto, descentra a noção de sujeito, posto pelo modelo cartesiano de ciência moderna e, ao mesmo tempo, rompe com a noção de língua fechada nela mesma, pois, na ordem do discurso, o linguístico é sua forma material, de modo que a língua(gem) se materializa na ideologia e a ideologia ganha materialidade pela língua(gem), no processo de constituição dos sujeitos e sentidos.

De forma que, partimos da máxima de que “Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 2009, p. 22), para que possamos nos localizar nesta relação de entremeio, presente no tripé teórico da Análise de Discurso, quando afirma que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, cuja materialidade faz-se pelo discurso, que toma forma material na língua, o autor coloca em funcionamento a relação necessária entre língua, sujeito e ideologia, produzindo, no dizer, sentidos que não se encerram na formulação, visto que a

ideologia que constitui o sentido vem de um alhures instalado na história, que é posto em circulação pela posição-sujeito.

Para melhor compreendermos os modos como se desenvolve a teoria, convém que façamos um pequeno percurso pelas suas condições de produção históricas, iniciadas na virada da década de 60 para a de 70, quando Pêcheux, em parceria com outros autores, dá início à Análise do Discurso na França, sendo até hoje, considerado seu principal articulador.

Um fator relevante a ser considerado é que a Análise de Discurso se constituiu, para grande parte de uma geração da intelectualidade francesa, em uma ciência que, por vezes, entrava em conflito com alguns modelos de estruturalismo.

No dizer de Ferreira (2003, p. 39-40),

Ao longo do percurso triunfal dos estruturalistas, que marcou de forma indelével os anos 50 e 60, houve sempre uma constante: a deliberada exclusão do sujeito. Esse foi o preço a pagar pelos defensores do paradigma estrutural para a ruptura com a fenomenologia, o psicologismo ou a hermenêutica. Importava normalizar o sujeito, já que era visto como o elemento suscetível de perturbar a análise do objeto científico, que deveria corresponder a uma língua objetivada, padronizada. Esse era o panorama existente na França até 1967, época em que o estruturalismo viveu seu apogeu, ainda que já dessem mostras de certas fissuras internas.

A partir do movimento de maio de 1968, novas interrogações surgiram de súbito, não apenas pelo contexto político francês, mas também pelo que vinha acontecendo com os movimentos de esquerda em todo o mundo ocidental. Assim, privilegiar o sujeito e não a estrutura, no âmbito das ciências humanas, foi decisivo para subverter o paradigma então reinante, trazendo, como consequência, o sujeito para o centro do novo cenário.

Segundo Dosse (1993), o maio de 1968 é fulcral nas tomadas de posições sobre o estruturalismo como paradigma de formatação do mundo, das ideias e das coisas. O que faz surgir, não apenas um estruturalismo econômico, mas também os estruturalismos fenomenológico, psicológico, filosófico etc., o que fez com que a relação com a Análise do Discurso viesse a ser produzida com base em uma intercompreensão epistemológica mínima, como a expressa em categorias como “posição sujeito” e “sistema de enunciados”, as quais permitem indicar a presença terminológica do estruturalismo, mas não se caracterizando como uma disciplina apenas estruturalista, porém, de entremeio.

Como já anunciamos, a esquerda passava por um momento de crise não só na Europa, mas em várias partes do mundo, assim, o autor compreendia as ciências sociais e suas práticas como estando sempre vinculadas às práticas políticas, pois, conforme aponta Henry (1990, p.

24) “[...] o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social”.

Nessa perspectiva, Pêcheux (1990), aponta que a teoria do discurso se desenvolve como uma teoria política, uma vez que analisa o funcionamento das práticas sociais materializadas nos discursos, articulando língua, sujeito e história.

Partindo desse pressuposto, o fato de posicionarmos-nos no campo teórico da Análise de Discurso, marca já uma posição teórica que nos municia a tomar o político na história como modos de constituição dos sujeitos e dos sentidos, visto que os recortes são, enquanto materialidades significantes, discursos sobre os gestos de resistência nas canções de Chico César em tempos de pandemia e bolsonarismo, como objeto de uma análise discursiva.

Nesse entendimento, compreendemos o recorte como uma unidade discursiva, ou seja, é um fragmento de formulações feitas em certas condições de produção, que levam em conta a linguagem e a situação (ORLANDI, 1984).

Orlandi (2006) traça um rápido trajeto histórico do nascimento da Análise de Discurso, apontando, desde as primeiras páginas, o diferencial presente no dispositivo teórico da AD, que toma como objeto de análise, o discurso, que se define como: “[...] palavra em movimento, prática de linguagem [que se produz enquanto] [...] efeito de sentidos entre interlocutores” (ORLANDI, 2007, p. 15).

Para a teoria discursiva, o discurso se constitui enquanto prática social e se produz por sua materialidade específica que é a língua, e sua análise ocorre por meio dos seus processos de produção (SOUZA, 2018). A partir da noção de sujeito posta pela teoria, não há um controle sobre o discurso exercido por um sujeito uno, “senhor do que diz”, assim, a noção de sujeito é descentrada, destituída de intencionalidade, pois, por mais que o sujeito empírico tenha a ilusão da intenção, o discurso que ele formula decorre de atravessamentos ideológicos que constituem sua posição no dizer. Desse modo, não há também unicidade e homogeneidade do sentido, pois ele decorre dos modos de atravessamento do sujeito por uma dada ideologia – identificação - e não por outra – (Des)identificação.

Vejamos como Ferreira (1996, p. 193) pontua a relação que se estabelece entre sujeito, discurso e ideologia:

O discurso é o objeto que nos permite observar as relações entre ideologia e língua, bem como os efeitos do jogo da língua na história e os efeitos desta na língua. É através do discurso que se vai compreender como um material simbólico produz sentidos e como o sujeito se constitui. Ao situar-se como

lugar privilegiado de observação entre a língua, a ideologia e o sujeito, o discurso propicia, como bom observatório, a visualização das propriedades do complexo dispositivo teórico-analítico.

A relação entre o sujeito e a ideologia é a base da construção da Análise de Discurso, pois, para Mariani (1997, p. 19), “[...] a noção de efeito transcende o aspecto argumentativo da linguagem, pois os próprios interlocutores fazem parte do dizer e ocupam lugares (posições) determinados na estrutura sócio-ideológica”. Assim, a Análise de Discurso pecheuxiana se estabelece a partir da definição de discurso, que não pode ser entendido apenas por elementos linguísticos, que estão no interior da formulação, mas também por fatores extralinguísticos (a ideologia, a história) que se constituem como uma exterioridade, como um fora que determina o dentro.

Para Maluf-Souza (2005), o conceito de ideologia é um dos mais fugidios e de difícil apreensão. Desde que foi criado, pelo filósofo Destutt de Tracy, em 1810, na obra “*Éléments d’Idéologie*”, este conceito passou por várias reinterpretações e/ou atribuição de significados. Seu criador o concebeu como sinônimo da atividade científica que procurava analisar a faculdade de pensar, tratando as ideias como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente.

Marx e Engels (2007, p.72) tomam o conceito de ideologia pela noção de “dominação”:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.

Para desenvolver a relação entre discurso e ideologia, na Análise de Discurso, Pêcheux recorre à compreensão de Althusser que, como já dissemos, faz uma releitura da teoria marxista. Desse modo, o autor desenvolve dois tipos de ideologias: a Ideologia geral (com I maiúsculo) e a ideologia particular (com i minúsculo), sendo a primeira marcada por uma fixidez, enquanto a segunda se modifica, não possui história, mas é eterna, uma vez atravessar toda a história, assim ela “[...] representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de

existência” (ALTHUSSER, 1980, p. 77). Em outras palavras, as ideologias particulares (a religiosa, a política, a moral, a jurídica etc.) representam as “relações de classe”.

Para marcar o entremeio entre a noção de ideologia, do materialismo histórico, e a noção de inconsciente, da psicanálise, Pêcheux concebe o sujeito do discurso afetado, ao mesmo tempo, pela ideologia e pelo inconsciente. Os modos de afetação se dão pela relação linguagem-inconsciente-ideologia, quando o indivíduo passa por um processo de interpelação de uma dada ideologia que o constitui como sujeito. É, então, esse processo inconsciente de interpelação do sujeito pela linguagem (ideologia) que constitui o sujeito como marcado pela ilusão de completude, ao mesmo tempo em que o constitui pela evidência dos sujeitos e dos sentidos (PÊCHEUX, [1975] 2014).

Para Althusser (1978, p. 67), “Todo indivíduo social só pode ser agente de uma prática, se se revestir da forma-sujeito”, que é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais.

Por aproximação com a figura topológica do nó borromeano<sup>34</sup> lacaniano, podemos dizer que o sujeito da AD se constitui pela afetação de três noções: a da linguagem, da ideologia e do inconsciente. O sujeito constitui-se, então, pelos furos deixados pelas três noções: o furo da linguagem, que é o equívoco; o furo da ideologia, que é da ordem da contradição e o furo do inconsciente, que é da ordem da descentração. Diante destas afirmações, compreendemos a incompletude e a ilusão necessária do sujeito e a falha da língua, todas as faltas concorrendo para tornar possível o sujeito do discurso, constituído pelo processo de interpelação ideológica.

A ideologia, conforme concebida pela Análise de Discurso, não diz respeito às ideias, mas às práticas constitutivas do sujeito que tem como materialidade as formações ideológicas, que são um “[...] todo complexo com dominante’ das formações discursivas” (PÊCHEUX, ([1975] 2014, p. 151).

As formações discursivas, por sua vez, representam tudo aquilo que pode e deve ser dito em uma formação ideológica específica, a partir de uma posição dada, isto é, a formação discursiva regula os sentidos e a formação ideológica regula as formações discursivas.

No dizer de Orlandi (1998, p. 48), a

[...] Ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do

<sup>34</sup> Lacan (1998) buscava incessantemente por figuras topológicas que dessem conta de representar o que as palavras lhe impunham como limite, assim, durante um jantar nas armas de uma dinastia milanesa: a família Borromeu, viu a imagem do nó borromeano e elegeu-a para representar o sistema dos três registros do aparelho psíquico: 1) o simbólico (a combinatória sem substância que organiza os significantes); 2) o imaginário (a dimensão do que se vê ou que se pensa que se vê dos objetos); e 3) o real (aquilo que, por escapar à possibilidade de recobrimento total pelos significantes, permanece na zona do inominável).

sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique.

Dessa maneira, a autora resgata as condições de produção dos primeiros estudos em Análise de Discurso, na Europa, quando Pêcheux e seu grupo enfrentaram a plena crise da esquerda e quando muitas ideologias eram questionadas, dando lugar a outras:

[...] a crítica a ideologia operária, ao modo como a URSS conduz com mão forte a burocracia do Estado, desfazendo o sonho da internacional comunista, O partido comunista francês, assim como a esquerda, é questionado e se questiona. Multiplicam-se as divisões da esquerda. Os sentidos explodem para todo lado. A crise da esquerda impulsiona o questionamento que dá sustentação à produção da análise de discurso sustentada por M. Pêcheux e seu grupo (ORLANDI, 2016, p. 14-15).

Desse modo, nosso trabalho privilegia tanto a concepção de ideologia constitutiva dos sujeitos e dos sentidos, que se tornou um dos conceitos centrais da Análise de Discurso, quanto faz uma análise crítica às ideologias particulares que, instaladas enquanto ideias, atualizam a crítica e o ataque à ideologia<sup>35</sup> operária ou trabalhista, voltando, nos últimos tempos, a fazer parte da pauta, visto que a gestão de Michel Temer aprovou uma temerária reforma trabalhista perversa e danosa aos trabalhadores, e que, atualmente, volta a ser implementada pela atual gestão (governo Bolsonaro), que tem como lema: “menos direito, mais trabalho”.

Essa constatação, como temos mostrado, permite-nos aproximar o contexto francês do século passado<sup>36</sup>, quando da vitória de François Mitterrand, com o Estado brasileiro atual, visto que a ascensão de ambos os presidentes carrega muitas semelhanças, especialmente na multiplicação dos grupos de esquerda na França, tanto lá quanto aqui<sup>37</sup>.

<sup>35</sup> As críticas de hoje não recaem apenas sobre as ideologias operárias ou trabalhistas, o argumento mais presente nos discursos governamentais é a desideologização de todas as escalas do Governo. Falam em ensino sem ideologia, governo sem viés ideológico, mas o que se vê, de fato, é a implantação de um governo Neoliberal, portanto, ideológico.

<sup>36</sup> “Já vinha de longe as arestas entre o PCF (Partido Comunista Francês) e o PS (Partido Socialista Francês), mas logo após Mitterrand assumir o governo francês, algumas decisões foram cruciais, resultando na divisão das esquerdas, [...] Elas implicam uma mutação ideológica profunda: passagem do socialismo de esquerda para o liberalismo de esquerda; união em torno de François Mitterrand, que impõe suas escolhas ao Partido Socialista reforçando as instituições da V República. Jamais um presidente terá tido tanto poder quanto François Mitterrand. De Gaulle tinha contra si o Partido Comunista e os sindicatos. Mitterrand não tem oposição, e a direita lhe sorri. Confrontada com o problema histórico-estratégico do desmantelamento do Estado social, a esquerda consegue fazer sem dificuldade o que a direita não pôde realizar entre 1975 a 1981”. NAÏR, Sami. *A esquerda e o poder: a experiência francesa* (1981-1997). Perspectivas, São Paulo, v. 22, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2082/1704>. Acesso em 26 abr. 2021.

<sup>37</sup> Um dos sinais de que a esquerda política está se dividindo no Brasil, pode ser verificado nos discursos de Ciro Gomes ao falar da formação de uma frente ampla para derrotar o governo Bolsonaro: “Uma frente ampla, de centro-esquerda, contra o presidente Jair Bolsonaro – mas sem o PT”. Os ex-presidenciais Ciro Gomes (PDT-CE) e Marina Silva (Rede-AC) estão em franca conversa e empenhados em atrair lideranças de legendas, algumas

Outra aproximação possível é o fato de que na França, os aliados e simpatizantes de Mitterrand se apropriaram do grito da torcida da seleção de futebol francesa, “on a gagné”, como um símbolo de uma suposta vitória. Aqui no Brasil, atualmente, os simpatizantes do Presidente Bolsonaro, apropriaram-se e adotaram como símbolos, não apenas a camisa da seleção brasileira, mas, também, a bandeira nacional, bem como as suas cores, como já referido.

Esses simpatizantes, ao evocarem as cores da bandeira nacional, o verde e o amarelo, fazem ecoar uma memória que se presentifica e que faz reverberar as ações e os discursos dos membros do partido da Ação Integralista Brasileira (AIB), postos em circulação na década de 30, do século passado. Naquele momento histórico, os militantes da AIB, que andavam sempre vestidos de camisas verdes com gravatas pretas, apregoaram o seu lema que se sustentava em três conceitos fundamentais, “Deus, Pátria e Família”, que em um efeito parafrástico, reverbera hoje no lema de campanha de Bolsonaro, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Esse mesmo lema faz funcionar também, como efeito parafrástico, o lema de Adolf Hitler, “*Deutschland über alles*” (“Alemanha acima de tudo”), pois a exacerbação do nacionalismo àquele país fazia-se escutar, inclusive, em um trecho do hino nacional alemão, que foi suprimido no final da Segunda Guerra Mundial<sup>38</sup>.

Produzimos essa aproximação do contexto francês com o brasileiro com o propósito de apontar, além das semelhanças dos dois processos discursivos, o modo como três conceitos – o do discurso, o da ideologia e o do sujeito – são basilares para a teoria da Análise de Discurso, visto que a tríade se coloca como suporte para todos os outros conceitos que, porventura, venham auxiliar-nos na análise do objeto dessa pesquisa. Dada a importância dessa tríade, abordamos, mesmo que brevemente, cada um deles de modo a também direcionamos a nossa análise, pois toda vez que formos abordar uma temática que diz respeito a estes três conceitos, o leitor saberá que estamos falando ancorados nestes pressupostos teóricos, aqui, previamente trabalhados.

---

que estiveram no governo petista, mas que têm em comum, atualmente, a crítica ao partido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/frente-com-ciro-e-marina-quer-encarnar-o-antipetismo-e-o-antibolsonarismo>. Acesso em 19 jan. 2021.

<sup>38</sup> Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/brasil-acima-de-tudo-slogan-de-bolsonaro-faz-referencia-ao-da-alemanha-nazista/>. Acesso em 11 ago. 2021.

## **2.1. Gestos analítico-discursivos sobre o contexto político brasileiro da atualidade**

Do dia 01 de janeiro de 2019 até o presente momento a República Federativa do Brasil é governada por Jair Messias Bolsonaro. De lá para cá, o governo propôs, a partir das medidas de Temer, a diminuição dos direitos trabalhistas com a promessa de empregos para muito mais trabalhadores, através do mote: “menos direitos para mais empregos”. O sacrifício foi imposto à classe trabalhadora, mas até o momento os supostos empregos, advindos dessa política, ainda não se concretizaram.

O que os trabalhadores vivenciaram, agravados pela Pandemia do Covid-19, foi a perda dos direitos trabalhistas, que beneficiaram apenas os empresários, a crescente perda dos empregos, o aumento em quase 100% nos produtos alimentícios mais essenciais da cesta básica, a crescente diminuição de compra pelo salário mínimo. Assim, grande parte dos trabalhadores, inclusive os da economia informal, viram-se vivendo de doações e de medidas governamentais de auxílio, que são minguadas e que não representam, de fato, uma pauta social sólida de ataque ao estado de fome e de miséria em que se viram lançados.

No plano cultural, a educação foi totalmente esquecida ou deixada de lado, os docentes menosprezados, a ciência em constante estado de negação. Do mesmo modo, no plano político, o povo vive em constante estado de assalto, assombrado com as ameaças feitas pelo presidente, inclusive a de uma possível volta ao regime militar. O alheamento para com a Pandemia e com a morte de mais de meio milhão brasileiros também tem sido a marca do destempero e do desrespeito do presidente para com os pobres do país.

Assim, a produção do efeito de uma falta de uma política de administração da crise é constantemente minimizada pelas tentativas de diminuição do poder de contaminação e de letalidade do vírus, ironizando o vírus, a dor e a morte de milhares de brasileiros, assim, para desacreditar o vírus, o presidente apaga as mortes, a ciência, a fome, a miséria e, contrariando todos os protocolos recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de isolamento e de cuidados, coloca-se como um herói, às avessas, para o seu grupo de seguidores.

Esses modos de funcionamento da atual gestão do presidente frente à crise fizeram com que, desde o primeiro caso de infecção pelo coronavírus, em fevereiro de 2020, o ministério da saúde fosse ocupado por quatro ministros: o médico Luiz Henrique Mandetta (que ocupou a pasta de 01 de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020), o médico Nelson Teich (de 16 de abril de 2020 a 15 de maio de 2020), o militar Eduardo Pazuello (de 15 de maio de 2020 a 15 de março de 2021) e, atualmente, o médico Marcelo Queiroga.

Mandetta foi retirado do cargo, principalmente, pelo protagonismo de seu ministério, pois em plena crise da Pandemia, obteve altos índices de aprovação pelas medidas tomadas e pela precisão das previsões sobre o vírus, tornando-se mais popular que o próprio chefe da nação, segundo o Datafolha<sup>39</sup>. Além desse protagonismo, que não agradou ao presidente, Mandetta, seguindo a OMS, se posicionou francamente contrário ao tratamento precoce e ao uso do kit Covid (Cloroquina, Ivermectina e Azitromicina), adotado pelo presidente à contramão de toda a orientação médica.

Teich assim como Mandetta, defendia o isolamento social e chegou a propor o *lockdown*, ou seja, o fechamento total do comércio para cidades com maior taxa de transmissão do vírus. Teich vinha sendo cobrado por Bolsonaro para mudar o protocolo do Ministério da Saúde para o tratamento da Covid-19.

Segundo o *site* UOL,

O presidente defendia a recomendação para o uso da cloroquina, enquanto o então ministro não considerava o medicamento uma solução. Além disso, Teich estava isolado, não tendo sido sequer consultado quando o governo federal editou um decreto que ampliava as atividades consideradas essenciais para incluir academias e salões de beleza<sup>40</sup>.

Nota-se que para permanecer neste cargo, o ministro não precisaria ter formação acadêmica em medicina, pois o requisito básico nunca foi o saber fazer, mas o de obedecer e de ceder cegamente a vontade do presidente, mesmo que esta obediência prejudicasse a pasta ou que fosse contra todos os princípios éticos, morais e científicos. Há que se negar a ciência em prol do senso comum sem ao menos se importar com os resultados e/ou se sentir responsabilizado pelo ato.

Nesse processo de negação da ciência e de desrespeito à vida, o presidente produziu um festival de atos e de dizeres que demonstraram o seu desconhecimento e o seu despreparo para gerir uma nação em uma situação de crise. Destacamos alguns desses dizeres<sup>41</sup>, para dar materialidade ao que enunciamos:

- 09 de março de 2020, durante visita aos Estados Unidos, afirmou que o “poder destrutivo do vírus estava sendo superdimensionado pela mídia. Naquele momento a pandemia havia matado

<sup>39</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/aprovacao-do-ministerio-da-saude-dispara-e-e-mais-do-que-o-dobro-da-de-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 30 abr. 2020.

<sup>40</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm>. Acesso em 25 mar. 2021.

<sup>41</sup> Vírus verbal: frases de Bolsonaro sobre a Pandemia. 05/03/21. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/v%C3%ADrus-verbal-frases-de-bolsonaro-sobre-a-pandemia/g-54080275>. Acesso em 25 mar. 2021.

três mil pessoas no mundo, mas, no retorno ao Brasil, 20 membros da sua comitiva testaram positivo para o Covid-19;

- 15 de março de 2020, afirmou: “A população da Europa é mais velha do que a nossa. Então mais gente vai ser atingida pelo vírus do que nós”;

- 24 de março de 2020, quando o país contava com apenas 904 casos de contaminação e 11 mortes, Bolsonaro afirmou que não seria uma “gripezinha” que o derrubaria após ele ter sido esfaqueado em 2018. O termo foi repetido quatro dias depois, em um pronunciamento em rede nacional, quando acrescentou que por ter “histórico de atleta, nada sentiria” caso contraísse o novo Coronavírus ou sentiria, no máximo, uma “gripezinha ou resfriadinho”. Dois dias depois afirmou que “Para 90% da população, é gripezinha ou nada”;

- 29 de março de 2020, em visita ao comércio de Brasília, contrariando as recomendações do seu então Ministro da Saúde, afirmou que era necessário enfrentar o vírus “como homem”, pois “o emprego é essencial, essa é a realidade. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós vamos morrer um dia”;

- junho de 2020, defendeu a cloroquina para o tratamento da Covid-19, afirmando que o medicamento para malária “está dando certo”, quando, no mesmo mês, a OMS suspendeu os testes com a hidroxicloroquina em razão de concluir que o fármaco não só não reduzia a mortalidade como produzia efeitos colaterais devastadores para os pacientes;

- 12 de abril de 2020, afirmou que “parece que está começando a ir embora essa questão do vírus”, quando o Brasil registrou mais de mil mortos. Meses depois, tornou-se um epicentro global da pandemia.

- 20 de abril de 2020, em resposta a um jornalista, que questionava o número de mortos no país, respondeu “ô, ô cara, quem fala de... eu não sou coveiro tá?”

- 28 abril de 2020, quando indagado por um repórter sobre o número de mortes causadas pela pandemia, respondeu: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”;

- 07 de maio de 2020, o presidente anunciou que faria uma festinha: “Estou cometendo um crime. Vou fazer um churrasco no sábado aqui em casa. Vamos bater um papo, quem sabe uma peladinha”, no momento em que o país contava com 140 mil infectados e mais de 9 mil mortes;

- 31 de julho de 2020, assumiu que teve Covid-19, mas que estava “curado”, e que a disseminação do vírus era inevitável “infelizmente, acho que quase todos vocês vão pegar um dia. Tem medo do quê? Enfrenta!”

- 10 de novembro de 2020, mediante a morte de um voluntário da vacina da China, afirmou que era “mais uma que Bolsonaro ganha”, além de dizer que o Brasil “deveria deixar de ser um país de maricas”;

- 04 de março de 2021, diante dos recordes das contagens diárias de mortes por Covid-19 afirmou que era preciso parar de “frescura e mimimi”, perguntando até quando as pessoas “vão ficar chorando”, além de chamar de “idiotas” os que pediam agilidade na compra das vacinas.

O presidente continuou/continua falando uma série de impropérios sobre o coronavírus e recomendando a cloroquina e o tratamento precoce, mas acreditamos que, com nossos recortes, tenhamos conseguido mostrar o seu despreparo para lidar com essa situação.

O fato é que a maioria dos brasileiros espera que o seu presidente seja um estadista preparado para lidar com as adversidades e não um sujeito que, não sabendo o que responder, agride, ataca, ofende, ironiza e magoa as famílias de quase 500 mil mortos pela Covid-19.

A solução encontrada pelo constante enfrentamento com seus ministros da saúde (Mandetta e Teich) foi colocar em seu lugar o general Pazuello que, sem formação em medicina, passou a recomendar, sob as ordens do presidente Bolsonaro, o protocolo de tratamento precoce da Covid-19, com medicamentos sem nenhuma comprovação científica.

O site do G1 dá a medida do descaso do ministro Pazuello frente a crise de oxigênio no Amazonas,

A PGR [Procuradoria Geral da República] apontou para indícios de que ele sabia do iminente colapso desde dezembro, mas só enviou representantes em janeiro, e, ainda, atrasou o envio do oxigênio. Segundo a PGR, mesmo já sabendo do problema, o que o ministério providenciou foi a entrega de cloroquina, medicamento sem comprovação científica para tratar a Covid<sup>42</sup>.

Esse descaso e essa negação da ciência e do direito à vida, levou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, a abrir um inquérito determinando que o mesmo seja investigado sobre o crime de responsabilidade sobre a vida dos brasileiros.

Como dito anteriormente, o primeiro caso de contaminação pelo vírus denominado Corona vírus ou Covid-19, aconteceu em fevereiro de 2020. Assim, no dia 11/02/2020, a OMS (Organização Mundial de Saúde) decretou o estado de Pandemia para o mundo.

Dessa maneira, desde os primeiros sinais de crescimento da contaminação pelo vírus Covid-19 em nosso país o seu potencial de contaminação foi subestimado pelo presidente Bolsonaro que, no dia 09 de março de 2020, declarou em uma entrevista: “Muito do que tem

---

<sup>42</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/03/15/eduardo-pazuello-e-investigado-em-varias-frentes.ghtml>. Acesso em 22 mar. 2021.

ali é muito mais fantasia, a questão do Corona vírus, que não é isso tudo que a grande mídia propaga<sup>43</sup>” e, ainda completou dizendo que a disseminação da doença estava superdimensionada.

Diante desse cenário, as discursividades sobre a pandemia, no Brasil, passaram a circular reguladas por uma dicotomia que, sob a ilusão de transparência, divide os sentidos em duas formações discursivas principais, uma da saúde e outra da economia, pois, como aponta Souza (2020)<sup>44</sup>, a pandemia adquire características muito específicas, uma vez que a crise sanitária e a crise política se confundem. Nesse funcionamento, os discursos do presidente, ainda que se produzam regulados por redes de sentidos de negação da ciência e minimização da gravidade da Covid-19, se revestem de sentidos de defesa da economia, sustentando que o isolamento social a afetaria drasticamente, sendo necessário, então, que uma parcela da população continue trabalhando para manter o país funcionando.

A esse respeito, a autora aponta que o embate entre discurso da saúde e o discurso da economia produz uma relação de litígio em que ambos tentam administrar os sentidos, produzindo efeitos de que só há dois caminhos possíveis: ficar em casa e evitar a contaminação, mas morrer de fome, ou se manter trabalhando e salvar a economia, mas colocar a vida em risco. Esse funcionamento discursivo cria um efeito de dualidade para as medidas de segurança propostas pela OMS, ao mesmo tempo em que coloca, no centro dos debates, as diferenças sociais do país.

Nos meses que se seguiram, a Pandemia se mostrou bem mais letal que o afirmado na declaração do presidente, ceifando a vida de milhares de brasileiros. De todo modo, a maneira como a maior autoridade do país tem se comportado durante este período pandêmico, vem influenciando, principalmente seus seguidores, a sair de casa, a se aglomerar, a não fazer o uso da máscara e do álcool gel, seguindo o “protocolo” daquele que é tomado como mito e que se comporta de modo a considerar “homens” os que desafiam o vírus e a considerar “maricas” os que adoecem, morrem ou os que seguem os protocolos da ciência.

Uma das características mais controversas do presidente é o negacionismo, assim, nega a eficácia das máscaras, nega as mortes por Covid-19, nega que tenha recomendado o uso de cloroquina e outros medicamentos não recomendados pela classe médica, nega a austeridade de órgãos como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OMS (Organização Mundial de Saúde), enfim, nega a eficácia da ciência e, por consequência, nega a vida ao povo brasileiro.

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/coronavirus-nao-e-isso-tudo-que-grande-midia-propaga-diz-bolsonaro/>. Acesso em 22 jul. 2020.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VbEJ-33OOqA>. Acesso em 30 mai. 2021.

Muitos eleitores de Bolsonaro se confessaram arrependidos e disseram ter dado nele um voto de protesto contra a corrupção do país, mas, de outro lado, o presidente segue apoiado por um grupo significativo de políticos, por muitas igrejas – principalmente as evangélicas – e por muitos eleitores, que o idolatram, o alcunham de mito, defendem o golpe militar, a família, o nacionalismo, o conservadorismo etc.

Nesse funcionamento, podemos afirmar que o que se coloca em movimento é o processo de interpelação do sujeito pela ideologia, marcando os modos pelos quais ele se identifica/desidentifica. Assim, podemos ver um processo marcado por uma via de mão dupla, pois, ideologicamente, ocorre uma relação contraditória na identificação, que, ao mesmo tempo, afasta e aproxima, que se faz crível e que promove a incredulidade. São esses processos de identificação/desidentificação que vemos mobilizados nestes gestos que ora provocam o endeusamento, ora promovem o arrependimento e a dúvida com relação às ações do Presidente “mito”.

Podemos dizer, então, que tal contexto político coloca-se como constitutivo das condições de produção do discurso desses sujeitos, que, ao se posicionarem, se identificam/desidentificam com uma dada formação discursiva (FD) que conforma a formação ideológica (FI) que os interpela em sujeitos. São, pois, esses eleitores, denominados/identificados aqui de bolsonaristas, que tentaremos descrever, a seguir.

## **2.2. Quem são e como pensam os bolsonaristas**

Depois da crise dos Estados Unidos da América, em 2008, o capitalismo, com sua característica sempre mutante, se reinventou, mas ao se reinventar trouxe um outro elemento, pois no seu devir de rearranjo econômico, social, cultural e político, fez surgir novos grupos de pessoas com novas demandas, pessoas que não se sentiam contempladas com as políticas, até então, praticadas. Dentre esses grupos, surge a nova direita alternativa americana “*Alt Right*”, trata-se de pessoas que enfatizam a ideia de uma supremacia branca, opositores de migrantes e, em menor medida, antissemitas<sup>45</sup>.

Esse modo de organização política americana influenciou grandemente o mundo, inclusive o Brasil, que, com a ascensão de Bolsonaro, se viu exposto ao radicalismo de grupos de seguidores que apoiam o presidente, os bolsonaristas. Esses grupos foram se colocando nas

---

<sup>45</sup> Disponível em: <https://observador.pt/especiais/alt-right-quem-sao-os-radicais-que-donald-trump-leva-para-o-poder/>. Acesso em 29 abr. 2021.

ruas, no Planalto etc. e foram apresentando comportamentos que chamavam a atenção de todos, embora não houvesse um estudo que os caracterizasse.

Contudo, no período compreendido entre os anos de 2010 a 2018, Isabela Oliveira Kalil, coordenando o grupo de pesquisa Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual (NEU) da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP), realizou uma grande pesquisa cujo resultado foi apresentado na forma de um relatório, que caracteriza os diversos grupos que compõem o bolsonarismo.

Para a realização do estudo, a pesquisadora ouviu mais de 1000 pessoas, entre o início de 2016 e o fim de 2018, mapeando, através dos seus achados, 16 tipos de bolsonaristas que vão desde os “isentões”, aos militares ou aos gays conservadores, aos líderes religiosos, aos pobres de direita, às femininas e “bolsogatas”, enfim, os perfis funcionam como caleidoscópios que respaldam as falas e as posições controversas do presidente Bolsonaro, especialmente em relação à Pandemia.

Nosso propósito, então, é apresentar brevemente, os resultados da pesquisa, listando os tipos, com suas respectivas características, segundo a autora:

01. *Pessoas de bem*: Homens e mulheres de classe média, acima dos 35 anos, que se preocupam com a segurança dos filhos e com o futuro da nação, assim, repudiam a violência entre os cidadãos e desejam que as instituições sejam fortalecidas. Expressam um sentimento de repulsa difuso ao “desgoverno petista”. Desse modo, a frase “direitos humanos para humanos direitos” serve como síntese para expressar que o Estado só age de maneira mais bruta ou viola direitos daqueles que não são “pessoas de bem” (KALIL, 2018, p. 14);

02. *Masculinidade viril*: Perfil parecido com o anterior, embora a exceção se faça sobre quem deve exercer a justiça, pois, se no perfil anterior ela é um monopólio do Estado, neste ela deve ser exercida pelo cidadão. O perfil compreende homens entre 20 a 35 anos, que exibem uma performance de masculinidade viril, com corpos malhados, rosto coberto pela farta barba etc.

03. *Nerds, gamers, hackers e haters*: Agem geralmente de forma organizada, costumam fazer campanhas de assédio online contra perfis progressistas, feministas, lésbicas e gays.

04. *Militares e ex-militares*: Segundo Kalil (2018, p. 15), o perfil abarca “Homens e mulheres que têm ou tiveram carreira dentro de corporações policiais e Forças Armadas (policiais, delegados, cabos, generais, majores e bombeiros). Lançam mão de seus cargos e conhecimento para propagar as ideias relacionadas à segurança pública e, também, participar da vida política”.

05. *Femininas e ‘bolsogatas’*: mulheres de direita, mais presentes na classe média e média alta e elites. Elas são jovens, faixa etária dos 20 aos 30 anos, combatem o feminismo e se alinham às pautas políticas dos demais perfis.

06. *Mães de direita*: Compõe-se de mães que lutam por uma escola sem ideologia de gênero, assim, além de defenderem que a “inocência” e a “ingenuidade” infantil devem ser preservadas temem a “doutrinação da ideologia de gênero” e/ou “doutrinação marxista” nas escolas pelos professores (KALIL, 2018, p. 17).

07. *Homossexuais conservadores*: O perfil é formado, em sua maioria, por homens gays e por poucas mulheres lésbicas, que defendem, tal como o perfil da “pessoa de bem”, que as pessoas LGBT só sofrem violência quando “dão pinta” ou “não se dão ao respeito”. Assim, mesmo não sendo um grupo numericamente grande, o “[...] perfil é essencial para ajudar a comprovar a tese de que o candidato [Bolsonaro] não é homofóbico e respeita as liberdades individuais” (KALIL, 2018, p. 17).

08. *Etnias de direita*: Este perfil se orienta pela ideia de que os governos de esquerda teriam provocado a fragmentação da unidade nacional e que Bolsonaro teria como proposta um governo unificador, baseado na ideia de que o Brasil é um só, assim, seguindo o jargão proposto pelo presidente, afirmam que todos, índios e não índios, são brasileiros. Além disso, posicionam-se contrários às cotas e o “vitimismo”.

09. *Estudantes pela liberdade*: Alguns apoiadores desse perfil enxergam Bolsonaro como um *outsider*, assim, no ambiente escolar, o voto dessa categoria torna-se “descolado”, uma vez que se posicionam contrários às cotas e defendem que é o mérito que deve imperar. Para a autora, essa categoria vislumbra “[...] a ‘doutrina marxista’ como uma grande ameaça à educação imparcial liberal, faze[ndo] coro a discursos sobre o ‘marxismo cultural’ e da escola enquanto uma forma de reprodução da ‘ideologia comunista’” (*idem*, p. 18).

10. *Periféricos de direita*: Nesse grupo, incluem-se os ‘pobres’ que desejam o ‘Estado mínimo’, de modo a que o Estado diminua a sua interferência na liberdade religiosa e na vida íntima, mas não na saúde, educação, moradia, segurança, trabalho e seguridade social. São identificados, por vezes, como ‘pobres de direita’, mas, embora se identifiquem como tal, buscam manter uma distinção em relação aos mais pobres, tecendo críticas aos beneficiários do Bolsa Família que, para eles, teriam pouca perspectiva crítica em relação à situação do país.

11. *Meritocratas*: Essa categoria coloca em funcionamento o antipetismo dos liberais que ‘venceram pelo próprio mérito’. Assim, “[...] podem adotar posições economicamente liberais (no sentido de apoiar o livre mercado e o Estado mínimo), mas não necessariamente se adequam ao modelo representado por Bolsonaro, conservador nos costumes. Para a maioria dos meritocratas, as discussões relacionadas ao gênero, à sexualidade e às identidades são secundárias. O que importa é que Bolsonaro não representará o modelo econômico petista que

corroborar uma tendência vista como negativa na sociedade brasileira, [visto ter] ‘muitos direitos e poucos deveres’”.

12. *Influenciadores digitais*: São liberais e conservadores ‘salvando o Brasil de se tornar uma Venezuela’, assim, o perfil é composto por pessoas que foram gays, comunistas, militantes de esquerda, mas que agora assumiram uma postura criticamente contrária. Nesse entendimento, são apoiados por celebridades, cantores(as), atores e atrizes, jornalistas, intelectuais conservadores que se afinizam ideologicamente com a direita internacional e que têm o propósito de salvar o Brasil de se tornar um país pobre e violento como a Venezuela.

13. *Líderes religiosos*: Defendem a família contra o ‘kit gay’ e outros pecados, assim, agrega figuras como padres, pastores, missionários, cantores evangélicos e indivíduos que têm importância e voz no meio religioso, cujo papel, na liderança da comunidade de fiéis, se sobrepõe ao do influenciador digital. São radicalmente contrários às pautas da esquerda que incluem o feminismo e, especialmente, a questão do aborto, uma vez que defendem o movimento feminista, o movimento LGBTQ e os projetos de discussão de gênero e sexualidade nas escolas estão promovendo a ‘destruição da família tradicional’.

14. *Fiéis religiosos*: Esse perfil compõe-se de cristãos pela defesa da ‘família tradicional’, sendo composto por evangélicos, católicos, espíritas, entre outras crenças, e funcionam de modo a colocar a religião e suas crenças como balizadoras das suas opiniões políticas, assim, são contrários a ‘islamização’ do mundo e responsabilizam o PT pela ameaça à família tradicional, em razão de, nos últimos tempos, levar a ‘ideologia de gênero’ e o ‘kit gay’ para dentro das escolas.

15. *Monarquistas*: Trata-se do perfil que defende ‘o retorno a um passado glorioso, sendo, segundo Kalil (2018, p. 23), de formação diversificada e organizando-se através de encontros que já conquistaram um grande número de adeptos, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O grupo deu, inclusive, sustentação à eleição, como Deputado Federal, de Luiz Philippe de Orleans e Bragança, considerado príncipe na linha sucessória. Opõe-se, com vigor, às ideias de correntes à esquerda e às vertentes progressistas da igreja, como a Teologia da Libertação. Do mesmo modo, não reconhecem a Proclamação da República do Brasil, porque, à época, ela não obteve apoio popular, assim, defendem, para o resgate de um passado glorioso, a restauração dos poderes monárquicos, restabelecendo a família imperial Orleans Bragança na linha sucessória.

16. *Isentos*: Para esse grupo, ‘política não se discute’ a não ser em público, mas nunca em grupos de amigos ou familiares. Não acreditam que Bolsonaro seja a solução para os problemas do país, mas o justificam em razões dos fortes sentimentos antipetista, anticorrupção ou

antissistema, embora se envergonhem de admitir que votaram ou que votariam em Bolsonaro. Estas são as dezesseis categorias reveladas pela pesquisa.

Essa tipologia descrita por Kalil (2018) é formulada de outro modo pelo cantor e compositor Chico César, que, na canção intitulada *Bolsominions*<sup>46</sup>, postada em uma de suas redes sociais<sup>47</sup>, no dia 12/01/2021, apresenta outras características para os bolsonaristas, conforme as primeiras estrofes:

Bolsominions são demônios que saíram do inferninho.  
Direto pro culto pra brincar de amigo oculto  
Com satã num condomínio.

O compositor/cantor toma os bolsominions como demônios que saíram cada um do seu inferno particular e que se juntaram no culto para brincarem de amigo oculto, fazendo produzir sentidos de uma associação maligna que envolve os evangélicos, todos no condomínio do líder Satã, que faz funcionar sentidos para Bolsonaro, como o mentor de tudo.

Ao referir-se ao condomínio, Chico César faz reverberar sentidos postos em circulação sobre o condomínio Vivendas da Barra, na zona norte do Rio de Janeiro, onde reside o presidente, o mesmo em que foram apreendidos, pela Polícia Civil, 117 fuzis do tipo M-16, no dia 12/03/2019<sup>48</sup>. Nesse mesmo condomínio vivia o amigo de infância da família Bolsonaro, Ronnie Lessa, apontado como o autor dos disparos contra Marielle Franco e Anderson Gomes.

Nessa compreensão, os bolsominions são demônios que se associaram aos evangélicos e aos Bolsonaro (satã) para cometer atrocidades, como o tráfico de armas e as mortes por encomenda dos inimigos.

Vejamos mais uma estrofe:

---

<sup>46</sup> O termo “bolsominion” deriva dos *Minions*, um pequeno exército de seres amarelos que serve aos terríveis projetos do anti-herói Gru, numa série de filmes de animação chamados, no Brasil, de *Meu malvado favorito*. A inspiração no enredo do filme fez dos bolsonaristas os bolsominions, exatamente por seguirem o líder Bolsonaro a quem chamam de *Mito*, mas, além dessa característica, atacam as diferenças de grupos, que elegem como rivais, como os homossexuais, os negros e as feministas; apresentam soluções simplistas para problemas complexos (a direita representa prosperidade e a esquerda pobreza; Lula é ladrão; bandido bom é bandido morto; os artistas são de esquerda porque recebem subvenção do Estado; só o estado mínimo salva) e questionam verdades comprovadas (não existe aquecimento global; a Terra é plana, Darwin não existiu etc.). Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniaio/opiniaio-dn/joao-almeida-moreira/bolsonaro-despreza-bolsominions-11710822.html>. Acesso em 16 jan. 2021.

<sup>47</sup> Ao final dessa letra, Chico César escreve um alerta, talvez temendo ser confundido com algum intolerante religioso: “Explicando: esta não é uma canção contra evangélicos ou qualquer grupo religioso, mas critica pessoas e grupos que se apropriam da religião e manipulam parte da população em proveito político e econômico próprio”. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CJ9vqBshudl/?hl=pt-br>. Acesso em 26 mai. 2021.

<sup>48</sup> Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2019/03/117-fuzis-amigo-ronnie-lessa.html>. Acesso em 06 mai. 2021.

Bolsominions são vergonhas que pastavam distraídas  
 Burrice imodesta o horror à festa  
 E à risada instruída.

Nesta sequência discursiva, o autor dá uma outra definição aos bolsominions que já circula nas redes sociais, a de gado, ruminantes que pastam distraídos até o comando do líder. Nesse efeito de rebanho, a palavra gado desliza-se para vergonha, produzindo efeitos de uma obediência servil ao líder: que torna seu obtuso rebanho marionetes atentas aos seus comandos, uma vez apresentarem burrice imodesta, horror à festa e ao riso instruído.

Então, os demônios saíram de seus infernos particulares e se associaram em rebanho, para seguir a homilia de satã, que do seu condomínio orchestra as maiores maldades. O gado estava disperso e distraído, mas bastou a convocação do líder para funcionar conforme seu comando. As vergonhas funcionam, então, como efeitos das ideias defendidas pelo rebanho, como a da terra plana, a do comunismo mundial, a do efeito de transmutação da vacina chinesa, a dos pobres em defesa de um Estado liberal entre tantas outras afirmações negacionistas, que, como uma claquete, conduz o gado a se opor e a negar tudo que seja relativo à ciência, à instrução, ao conhecimento, à pesquisa etc.

A massificação do uso da internet, utilizada pelo presidente e por grande parte do seu gado, serve ao propósito de um uso menos nobre do que aquele que ela deve representar, a da socialização e da democratização da informação e do conhecimento, pois as mídias sociais serviram à disseminação de *Fake News*, dos discursos de ódio das ideias fascistas, homofóbicas, negacionistas e de intolerância de toda espécie.

Vamos à última estrofe da canção postada por Chico César:

A bolsa de valores sem valores os corpos malhados sem alma.  
 O sangue de barata e a raiva de toda humanidade que não quer ser salva.

Essa é uma outra categoria dada aos bolsominions pelo cantor, a de tomá-los como seres vazios, sem valores, sem alma, sem empatia, pois são pessoas que invadem hospitais, que se impõem contra as instituições democráticas, que tentam administrar, inclusive, o corpo de mulheres autorizadas à realização de abortos, mesmo quando autorizados pela justiça, por se tratar de um estupro ou de uma gravidez de risco<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/08/08/menina-de-10-anos-engravida-depois-de-ser-estuprada-em-sao-mateus-es.ghtml>. Acesso em 01 mai. 2021 ou A jornalista Maria Carolina Trevisan, colunista do UOL, analisa o caso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NdTVEjBxJt0>. Acesso em 03 mai. 2021.

Como vemos, as definições são múltiplas e singulares, de um lado, temos o discurso da ciência, como nos dados apresentados pela pesquisa de Kalil (2018), e, por outro, temos o discurso de um artista que marca sua posição, que, por si só, não provoca ruptura, mas que produz efeitos de reflexão, lançando luz sobre esse endeusamento que é feito a um líder e sobre a cegueira daí decorrente, de modo a provocar, a instigar e a reivindicar, por uma polifonia de vozes, gestos de resistência em suas canções-denúncia.

Por esse funcionamento, tentamos sintetizar, tanto na poesia polissêmica de Chico César quanto na objetividade dos dados apresentados por Kalil (2018), os aspectos ou características mais marcantes de cada perfil, de modo a tentar compreender traços que possam ser explicativos da escolha de um candidato, de início, derrisório para a condição de mito.

Nas diversas acepções do verbete *mito*, trazidas por Houaiss (2009), recortamos a que lhe atribuí sentido figurado: “[...] construção mental de algo idealizado, sem comprovação prática; ideia, estereótipo”, pois tomar o presidente como mito não só ocorre figurativamente como não corresponde à realidade, uma vez que essa forma de endeusamento não só mascara a realidade como torna esse “[...] valor social ou moral questionável, porém decisivo para o comportamento dos grupos humanos os em determinada época”, visto que a assunção de Bolsonaro à condição de mito, cega seus adeptos, que clamam pelo retorno do militarismo ameaçando todas as formas de liberdade conquistadas, inclusive a de expressão, visto que o mito tudo pode, inclusive, efetivar as constantes ameaças de ruptura política, colocando em risco a democracia, conseguida duramente, depois de muitas mortes e de muita luta no país.

Na concepção de Kalil (2018), o bolsonarismo tem inúmeras facetas, assim o metaforizamos pela imagem da Medusa, um ser mitológico grego que tinha cabelos de serpentes e olhos que petrificavam quem a encarasse. Tal como a Medusa, o bolsonarismo representa as inúmeras serpentes, tentando, por suas crenças e endeusamento do presidente, acabar com valores e direitos adquiridos pelo povo brasileiro, especialmente os relativos às pautas sociais. Contudo, há eixos unificadores nesses diferentes perfis que conformam o bolsonarismo: o conservadorismo, o religiosismo, o nacionalismo e o ódio irracional à esquerda, ora materializada na figura do comunismo, ora no do Partido dos Trabalhadores, o PT, por representar os movimentos progressistas e a adoção de políticas sociais, necessárias para grande parcela da população brasileira.

Esse discurso de ódio se repercute de maneira exemplar no grupo de jovens que se espelham na Direita Alternativa (*alt-right*) Americana, que, por se valerem da Internet, são denominados como ‘*nerds, gamers, hackers e haters*’, sendo composto por pessoas brancas, de

classe média, com 35 anos, em média, que são moralmente conservadores e que defendem a volta da ditadura militar.

O regime democrático está ou deveria estar consolidado no Brasil, por meio da Constituição de 1988, mais especificamente pelo seu artigo 23, que considera crime o incitamento à subversão violenta da ordem:

Art. 23 - Incitar:

I - à subversão da ordem política ou social;

II - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;

III - à luta com violência entre as classes sociais;

IV - à prática de qualquer dos crimes previstos nesta Lei.  
Pena: reclusão, de 1 a 4 anos.

Do mesmo modo, a Lei de Segurança Nacional Lei nº 7.170/83), fundamentada na Constituição, afirma, no Artigo 23, que é crime, com pena de 1 a 4 anos, a incitação à subversão da ordem política ou social. Assim, todos aqueles que se manifestam publicamente defendendo a intervenção militar no Estado ou a substituição dos poderes constituídos democraticamente por um poder imposto pela força e pelo medo, estão cometendo um crime e, portanto, sujeito às sanções da lei. Em outras palavras, deve ser imputada penalmente

[...] a conduta de aglomerar-se em via pública com a intenção de incitar o rompimento democrático com o pedido de intervenção militar. Organizar e participar de manifestações contra o regime democrático que vigora em nosso país é crime, e deve ser imputado àqueles que abandonando a vida dentro das regras sociais estabelecidas, passam a querer viver pela prática de delitos graves (GONÇALEZ, 2020)<sup>50</sup>.

O autor afirma ainda que, tanto na Lei de Segurança Nacional (Artigo 22) quanto no do Código Penal Brasileiro (Artigo 287), a propaganda com intuito de engrandecer e potencializar as manifestações que defendem a intervenção militar, o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional é considerada crime, tipificado na forma da lei. Assim, mesmo a alegação de liberdade de expressão não isenta o contraventor em razão de que “[...] o direito à manifestação também é regido por limites. O direito a se expressar livremente

---

<sup>50</sup> GONÇALEZ, Sidney Duran. Do crime de apologia a ditadura e a dialética dos novos tempos. 22/04/2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-22/crime-apologia-ditadura-dialetica-novos-tempos>. Acesso em 31 mai. 2021.

nunca poderá ser exercido contra [...] direitos fundamentais, principalmente contra a dignidade da pessoa humana, que é frontalmente atingida pela instalação de regimes ditatoriais”.

Em outras palavras, a democracia é um direito consolidado na Carta Magna do país, assim, é seu guardião o próprio povo brasileiro, pois se trata de um processo ainda frágil e complexo, dado a principal característica que a fragiliza: a sua juventude. Para exemplificar a fragilidade da democracia brasileira, trazemos os dois casos de impeachment, ocorridos desde a ditadura civil militar.

O processo de impeachment faz parte do sistema democrático brasileiro e deve ser usado sempre que a governança ou a democracia for ameaçada. Sabemos que, mesmo as democracias mais consolidadas passam por constante vigilância e processos de aperfeiçoamento e adaptação às necessidades do seu tempo. Desta forma, os dois processos de impeachment auxiliam no enfraquecimento da jovem democracia brasileira, pois o governo do presidente Sarney (1985-1990) foi de transição, uma vez não ter sido democraticamente eleito pelo voto direto.

Desse modo, eleito pelo voto direto, tivemos, nesses pouco mais de trinta anos, duas gestões presidenciais interrompidas<sup>51</sup>: a de Fernando Collor e a de Dilma Rousseff. O primeiro, seguindo um direito que lhe era assegurado, renunciou ao cargo de presidente momentos antes da votação do impeachment, contudo o Congresso nacional resolveu manter o processo que culminou na sua cassação. Em 2014, o Supremo Tribunal Federal o julgou e o absolveu pelas fragilidades dos indícios dos crimes que a ele foi imputado. Do mesmo modo, Dilma Rousseff também recorreu ao Supremo e foi inocentada de todas as acusações feitas a ela durante o seu mandato, no entanto, estas mesmas acusações não só não impediram como motivaram o seu impeachment.

O que queremos demonstrar com estes dois casos é que ambos são emblemáticos, pois revelam que as nossas instituições carecem de um sistema mais justo de pesos e contrapesos, freios e medidas, pois a impressão que nos é passada é que, para acalmar os ânimos de algum setor ou de certa camada social se impedem governos. Mesmo que, a posteriori, tais governos sejam inocentados, são grandes os prejuízos econômico, social, cultural e político.

Esse funcionamento põe em movimento o caráter relacional do poder, conforme preconizado por Foucault (2004, p. 193):

---

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/um-ano-apos-o-impeachment-a-verdade-em-conta-gotas/>. Acesso em 23 dez. 2018.

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

Esta característica relacional do poder é demonstrada quando, mesmo a instância mais alta de justiça de um país, cede aos anseios de instâncias bem menores e menos representativas de uma sociedade, acabando por revelar que pressão popular, mercado e interesses variados se sobrepõem à equidade e à justiça.

Esses episódios não só desacreditam os sistemas pilares da democracia como resultam, conforme o último impeachment<sup>52</sup>, no acirramento do ódio às minorias, na paralisação das políticas de inclusão, na perda de direitos (no caso dos trabalhadores, aposentados e pensionistas), de modo que, a cada dia, o povo brasileiro se veja ameaçado pelo terror da subtração dos seus direitos mais básicos, como a segurança, a saúde, a educação, o trabalho, a justiça, enfim, a vida. Em outras palavras, a democracia é assegurada com governabilidade pautada em leis promulgadas para o povo e, especialmente, para os governantes.

Trouxemos, em dois momentos, fragmentos da Constituição Brasileira, no entanto, é necessário dizer que, apesar deste documento se sobrepor a todos os outros, no que consiste às leis vigentes do Estado brasileiro, como analistas de discurso devemos percebê-lo como um discurso jurídico, que se dá pela língua e é interpelado pela ideologia na história, portanto, sujeito a falhas.

Segundo Massmann (2019, p. 219), “[...] a constituição de 1988, elaborada, votada e promulgada pelo Congresso Nacional, eleito de forma indireta, sob a estrutura jurídica do regime Militar, foi celebrada como a ‘constituição cidadã’”. Entretanto, o texto constitucional,

---

<sup>52</sup> Com o impeachment de Dilma, Temer ascendeu à presidência do Brasil com a promessa de resolver o problema da fome e do desemprego por meio da implantação de duas medidas: a da *reforma trabalhista* – visando gerar mais empregos – e a da promulgação da *Emenda Constitucional 95*, que limita por vinte anos os investimentos sociais do governo federal – visando atrair investidores internacionais. Contudo, tais medidas só acirraram o problema, pois, segundo a *Agência Brasil*, 19 milhões de pessoas passaram fome no Brasil no fim de 2020. O problema ficou subsumido pela situação de Pandemia, mas foi, de fato, fruto do desmanche social, implantado pelo governo Temer, após o golpe de impeachment para Dilma Rousseff. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020>. Acesso em 10 abr. 2021.

naquele momento sensível de transição, diante das condições de produção de abandono de um regime ditatorial para um regime aparentemente democrático, contemplou parcialmente ou deixou de fora muitas pautas de reivindicações legítimas da sociedade. Assim, foi-nos assegurado um Estado de direito, mas se trata de um direito que não alcança a todos indiscriminadamente, o que nos leva a reiterar a juventude e a fragilidade da democracia brasileira e da própria Constituição do país.

No próximo capítulo, passaremos à análise das canções de Chico César, enquanto expressão da resistência ao governo de Bolsonaro diante da Pandemia, em uma manifestação declarada de desrespeito à vida e aos direitos duramente conquistados pelo povo brasileiro.

### CAPÍTULO III

#### A MÚSICA ENQUANTO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA

*Oh senhor cidadão, eu quero saber, eu quero saber.  
Com quantas mortes no peito, com quantas mortes no peito, se faz a seriedade?*

(Tom Zé)<sup>53</sup>

No Brasil, desde a chegada das primeiras embarcações de Portugal, evento histórico chamado de período das povoações e, posteriormente, de colonização, sempre houve disputas pelo exercício da música bem como o de sua propagação por meio do ensino musical, fazendo com que este aspecto se tornasse, também, uma instituição de exercício de poder em que os sujeitos estabeleciam, conforme Duprat (1995), uma relação extremamente forte com um dos dois poderes do momento, fosse o poder eclesiástico – que mantinha o monopólio da música – fosse o poder civil – que tentava, de todas as formas, entrar nesse jogo e assumir o controle. Nessa disputa pelo poder, confusões frequentes sempre surgiam de modo a gerar situações duvidosas, deixando muitos músicos e até mesmo os bispos descontentes.

Segundo o autor, desde o Brasil colonial, “[...] é comum [...] o protesto de músicos vendo-se prejudicados profissionalmente por esse procedimento” (DUPRAT, 1995, p.26). Portanto, aqui já vemos o protesto manifestado pela disputa de poder em torno do exercício da música, ou seja, uma disputa dos músicos pela música e não a algo externo a ela, pois não havia uma crítica explícita ao modo ou ao regime de governança.

A forma mais explícita de crítica ou de protesto a um regime político, marcadamente expresso em forma de canções e/ou outras manifestações artísticas, bem como, pelas diversas áreas de conhecimento, remonta ao período da ditadura civil-militar, oficialmente instalada, no Brasil, em 31 de março de 1964, durando até 15 de março de 1985. Período este que ficou conhecido, conforme os inúmeros registros da historiografia, como o período dos festivais, pelo fato de haver vários festivais de músicas, assumidos pelos serviços de televisão brasileira como os da TV Excelsior (em 65 e 66) e os da TV Record (de 66 a 69), em São Paulo; e os e os da TV Rio e TV Globo, no Rio de Janeiro, (de 66 a 72).

---

<sup>53</sup> ZÉ, Tom. **Senhor cidadão**. 1972. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zLTMM3r8wYI>. Acesso em 04 fev. 2021.

Das muitas canções surgidas neste período, várias se eternizaram, tais como *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré, que fazia um ataque mais declarado ao regime, e *Cálice*, de Chico Buarque e Gilberto Gil, que, usando do recurso da homofonia entre *cálice* e *cale-se*, consagrou-se como uma música de protesto contra a ditadura e a consequente censura. Esses são dois exemplos da enormidade de canções que serviram como hinos de protesto contra o regime infame que se havia instalado no Brasil e que havia amordaçado o povo do direito à liberdade de expressão. Desse modo, a música ou, mais precisamente, a canção<sup>54</sup>, serviu, em tempos de ditadura, como uma das formas criativas de exercícios de gestos de resistência, ou seja, gestos que rompiam com o silêncio imposto naqueles tempos, pois abriam/abrem possibilidades de ruptura, compondo modos de enfrentamento do sujeito com as instituições e seus governantes.

Atualmente, no Brasil, não há o que se poderia reconhecer como um movimento artístico musical de resistência ou de protesto ao atual governo e suas práticas, pois vivemos, ainda, sob o manto da democracia, onde impera ou deveria imperar a liberdade de expressão. Contudo, mesmo constatando que não há um movimento artístico musical orgânico de resistência, reconhecemos nas práticas pontuais de vários artistas, cantores e compositores, atos que podem ser interpretados como gestos de resistência. Assim, entre os vários artistas do meio musical que se manifestam contrários aos modos despóticos e desrespeitosos do atual presidente temos Arnaldo Antunes, Elza Soares, Caetano Veloso, Maria Bethânia, Gal Costa, Chico Buarque, Zeca Baleiro e muitos outros, como é o caso de Chico César, que sempre manteve, em tempos pandêmicos ou não, uma postura de alerta e de crítica quanto aos acontecimentos do planeta, posicionando-se contra eles.

É importante ressaltar que o discurso da arte sempre foi dotado de muitos significados, por exemplo, na canção intitulada “Metáfora<sup>55</sup>”, gravada por Gilberto Gil, as palavras “lata” e “meta”, são dotadas de outros significados. Lata, não é apenas um simples receptáculo e, meta, não é apenas um objetivo a ser alcançado, afinal, pelo viés da arte, o que pode conter na lata poderá ser algo incabível/incontível e, do mesmo modo, que a meta seja inatingível.

Esse funcionamento é dado, de um lado, pela licença poética, que, enquanto privilégio dado, de modo geral, aos artistas, se marca também por seus modos de interpelação pela ideologia, levando-o a se identificar com a forma sujeito histórica vigente, a do capitalismo,

---

<sup>54</sup> Diferenciamos música de canção, pois segundo a teoria da música, a música é composta de três partes, harmonia, melodia e ritmo. Entretanto, a canção é composta por mais um elemento, a letra ou poesia/texto.

<sup>55</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=58sW0ojthyI&ab\\_channel=GilbertoGil](https://www.youtube.com/watch?v=58sW0ojthyI&ab_channel=GilbertoGil). Acesso em 10 ago. 2021.

que é regida por direitos e deveres advindos dos dispositivos legais regulados pelo Estado; e, de outro lado, pelas condições de produção próprias ao discurso artístico.

Neckel (2005, texto não paginado), ao refletir discursivamente sobre o discurso artístico, afirma que ele

[...] nos permite perceber o dizer da arte com um olhar mais demorado, que nos leva a ultrapassar camadas, o aparente, o óbvio e buscar, nesse dizer, a opacidade que o constitui: outros sentidos possíveis, que não estão explícitos. Uma percepção discursiva que considera estrutura e acontecimento em uma obra, ou seja, considera além da materialidade física que a compõe, também a materialidade histórica que a constitui.

Nessa direção, podemos dizer que a materialidade do discurso artístico de Chico César se constitui pela materialidade histórica, quando, interpelado pela ideologia que o constitui como posição-sujeito, toma posição frente ao discurso político, fazendo imbricá-lo na sua arte, especialmente nas condições de produção dadas pela pandemia e pelo bolsonarismo. Desse modo, o sujeito artista coloca-se a serviço do político, através do discurso da arte, em uma posição sujeito de resistência, dada a sua não identificação com as discursividades do político, como se apresenta na contemporaneidade.

Os debates sobre o papel da arte na sociedade fazem vir à memória o século XVIII e os renomados filósofos franceses, Diderot, Voltaire e Rousseau, que protagonizaram importantes e acaloradas discussões sobre o tema (MATTOS, 2009). Esse debate não era, contudo, consensual, pois enquanto os dois primeiros, Diderot e Voltaire, defendiam que a arte deveria exercer um papel mais crítico e pedagógico, o último, Rousseau, refutava que tal papel coubesse à arte.

Na atualidade, podemos observar que, apesar deste tema ou problemática não ter grande difusão, continua-se o debate, especialmente nos meios acadêmicos, das duas vertentes colocadas em debate pelos filósofos franceses, sendo ainda uma questão não pacificada e não consensual, segundo Rancière (2010, p. 50):

A experiência estética deve realizar sua promessa suprimindo sua particularidade, construindo as formas de uma vida comum indiferenciada, onde arte e política, trabalho e lazer, vida pública e existência privada se confundam. Ela define portanto uma metapolítica, isto é, o projeto de realizar realmente aquilo que a política realiza apenas aparentemente: transformar as formas da vida concreta, enquanto a política se limita a mudar as leis e as formas estatais.

Segundo o autor, a premissa de Diderot e Voltaire, continua sendo válida para os dias atuais, pois a arte deve, em suas formas de (r)existir, agir de maneira a que possa contribuir na transformação dos modos de existência da vida concreta e material da sociedade. Ou seja, ter um modo de (r)existência que nos lembra a do cantor e compositor Chico César, que será doravante apresentado juntamente com parte de sua obra, uma vez constituir nosso material de análise.

Quem é Chico Cesar? Como/quando o político passou a se materializar nas suas composições artísticas?

Francisco César Gonçalves, paraibano nascido em 26 de janeiro de 1964 no município de Catolé do Rocha, Paraíba-PB, é o mais novo, dos sete filhos de Francisco Gonçalves e Etelvina Ambrosina de Lima. Chico viveu até aos oito anos de idade na área rural junto com sua família, até surgir a oportunidade de ser colocado em uma escola de freiras, assim deixou a roça e a enxada para se dedicar aos estudos.

Aos dezesseis anos Chico César foi para a capital João Pessoa, onde se formou em jornalismo, pela Universidade Federal da Paraíba. Durante este período trabalhou em uma loja de discos, que lhe proporcionou grande contato e aproximação com várias nuances da cultura musical que se produzia no Brasil e fora dele.

Sua vida artística inicia-se aos 21 anos, quando mudou-se para São Paulo. Trabalhando como jornalista e revisor de textos, aperfeiçoou-se em violão, multiplicou suas composições e começou a formar o seu público. Em 1991, foi convidado para fazer uma turnê pela Alemanha, e o sucesso o animou a deixar o jornalismo para dedicar-se somente à música. Formou a banda Cuscuz Clã (que seria, posteriormente, o nome de seu segundo álbum).

Falar de Chico Cesar é falar, então, de um sujeito de origem simples, filho de uma família numerosa e que, desde muito cedo, teve que conviver com a dura realidade de qualquer filho de sertanejo. A dificuldade para estudar, o afastamento dos familiares, as múltiplas jornadas laborais para que pudesse estudar e se prover das necessidades materiais mais básicas.

Nesse funcionamento de ver subsumida a sua arte pela necessidade de sobrevivência, Chico César colocou-se, desde sempre, em uma posição de resistência, apontado o Estado como insistentemente falho, pois, segundo Orlandi (2012, p. 231), a falha

[...] se abre em ruptura, onde o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, “fazendo sentido no interior do não sentido”. É isto que chamo resistência. E não ao voluntarismo inscrito em teorias que se sustentam na onipotência dos sujeitos e dos sentidos que mudam à vontade. Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade

histórica da resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falha, na falha ideológica, enquanto o Estado falha, estruturalmente, em sua articulação do simbólico com o político. Não é, pois pela magia, nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma seu lugar.

Essa posição-sujeito, marcada por gestos de existência/resistência, frente aos acontecimentos, levou o cantor a se posicionar politicamente, especialmente contra o governo do presidente Bolsonaro e da cegueira dos seus seguidores frente à pandemia do coronavírus, marcando seu posicionamento crítico e de resistência. Desse modo, compôs várias canções de enfrentamento à situação do país, enquanto gestos de resistência, das quais selecionamos algumas para serem analisadas nesta pesquisa<sup>56</sup>, pois a trajetória da carreira do artista, mesmo antes da pandemia do coronavírus, é marcada sempre pela identificação com certas filiações de memória, como discursos que se inscrevem em uma prática política, que a nosso ver, configuram-se como gestos de resistência às práticas de governo instaladas no país, principalmente após a posse de Bolsonaro.

A resistência a que nos propomos a pensar neste trabalho poderia ter como base o pensamento de Deleuze (2001) que argumenta que a criação é um ato, um gesto, uma forma de resistência, ou seja, criar é resistir. Principalmente se levarmos em consideração que o ato de compor ou interpretar uma canção é, também, um ato de criação, portanto, um ato de resistência. Entretanto, desde o primeiro capítulo, quando nos remetemos a gestos de resistência, falamos de práticas que estão intrinsecamente ligadas ao processo de interpelação e de identificação do sujeito.

Ou seja, neste processo, o sujeito é interpelado ideologicamente por uma formação ideológica com a qual, inconscientemente, se identifica, porém, como este é, também, um ritual com falhas, os gestos de resistência a que nos referimos, são possibilitados, pois onde há falhas, há possibilidades de rupturas, rompimentos, contraposições, probabilidade de (r)existir (ORLANDI, 2016).

O sujeito, pela interpelação, se filia a uma dada formação discursiva tendo sua realidade criada por ela. Desse modo, a interpelação ideológica é um processo que se dá pela via do inconsciente, embora o sujeito, nos modos próprios de sua constituição, tem a ilusão de ser a origem daquilo que diz, portanto daquilo que conforma sua posição como sujeito do dizer. Dito de outra maneira, os modos de interpelação e de identificação dos sujeitos a uma dada formação discursiva pode até aproximá-los, pela identificação, mas não os homogeneíza, uma

---

<sup>56</sup> As canções de Chico César, recortadas para análise nesse estudo, serão disponibilizadas na íntegra, nos anexos desse texto.

vez que o modo como a ideologia interpela cada sujeito garante-lhe singularidade, marcada por suas posições.

### 3.1. Gestos de resistência

Passemos, então, às análises de recortes das canções de Chico César, para darmos visibilidade ao funcionamento da teoria do discurso e dos gestos de resistência do cantor/compositor.

No ano de 2019, Chico César compôs a música *Pedrada* na qual já alertava sobre o caráter de uma dada república que estava sendo implantada no país, como podemos verificar na primeira sequência discursiva (SD).

#### **SD 1:**

Ê, república de parentes, pode crer.  
Na nova Babilônia eu e você.  
Somos só carne humana pra moer.  
E o amor não é pra nós.

Em *república de parentes* temos uma referência ao nepotismo direto e cruzado<sup>57</sup> que impera no Brasil, especialmente no governo Bolsonaro, pois o presidente nomeou mais de uma centena de parentes e seguidores para ocuparem cargos de confiança. Assim, seu governo tornou-se um espaço de obediência, de gratidão servil, pois as pessoas são nomeadas segundo o grau de parentesco, de amizade, de fisiologismo e não por apresentar competência técnica para o desempenho do cargo.

A referência à *nova Babilônia* aciona a memória acerca de sentidos atribuídos à Babilônia, na bíblia, pois a cidade tornou-se um símbolo de confusão e de rebeldia contra Deus<sup>58</sup>. Essa desobediência gerou, metaforicamente, o distanciamento e a competição entre os homens, do mesmo modo que, com a governança de Bolsonaro, o Brasil tornou-se a *nova*

---

<sup>57</sup> Nepotismo direto é aquele em que a autoridade nomeia seu próprio parente. Nepotismo cruzado é aquele em que o agente público nomeia pessoa ligada a outro agente público, enquanto a segunda autoridade nomeia uma pessoa ligada por vínculos de parentescos ao primeiro agente, como troca de favores, também entendido como designações recíprocas. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/etica-e-integridade/nepotismo/perguntas-e-respostas>. Acesso em 20 mar. 2021.

<sup>58</sup> Na Bíblia On-line, em Gênesis 11,1-9, o povo, pelos desejos de elevar-se a Deus, iniciou a construção da *Torre de Babel*, mas Deus confundiu-lhe o idioma fazendo com que cada um falasse uma língua. Essa incompreensão generalizada gerou confusão, desordem e desarmonia entre os homens que se espalharam por toda a terra. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/11>. Acesso em 20 mar. 2021.

*Babilônia*, na qual algumas pessoas – *eu e você* – (negros, pobres, indígenas, trabalhadores, opositores ao governo) não têm espaço de pertença, pois *somos só carne humana pra moer*, pois nesse modelo de governo que prioriza interesses próprios, o povo sofre na carne a dor da perda de direitos. Os pronomes *eu e você* representam, então, a parte do povo que é diretamente moída e tratada com desrespeito pelo presidente, que passa, feito um rolo compressor sobre todas as minorias, especialmente com as (não) políticas governamentais de agenciamento da crise provocada pela pandemia e pela usurpação dos direitos que garantem a democracia.

Na situação de pandemia, o efeito que o dizer do presidente produz é formulado na canção/denúncia de Chico César, pois a moenda é direcionada aos pobres, aos negros, aos que necessitam sair de casa para trabalhar, expondo-se ao risco da contaminação, para garantir que a economia floresça.

Estes são apenas números que fazem a economia se movimentar, assim, a ausência de políticas governamentais sérias tornam esses corpos tão somente objetos que desempenham funções para garantir a vida do mercado, são meros corpos, prontos para serem moídos, tanto física quanto politicamente, pois estão no *front* para se contaminarem, para morrerem aos milhares, são corpos cujas subjetividades são negadas por um governante cruel que decide quem deve viver e morrer, que expõe as minorias sociais para dar e manter privilégios a quem não necessita deles. É por essa razão que o presidente diz que “*todos vamos morrer um dia*”, que é preciso enfrentar a morte “*como homens*” e não como “*maricas*”, que as queixas e a dor da perda são “*mimimis*”.

Para o presidente e seus seguidores, a morte de mais de meio milhão de pessoas, nesta guerra contra a pandemia, é apenas um efeito colateral, pois em uma entrevista para o Programa *Brasil Urgente*, da Band TV, afirmou que “*alguns vão morrer, mas não se pode parar uma fábrica de automóveis porque tem mortes no trânsito*<sup>59</sup>”. Pouco tempo depois reitera sua fala, no mesmo programa, com uma paráfrase, cuja metáfora não é mais a fábrica de automóveis e as mortes no trânsito, mas a chuva: “*A chuva está aí, vamos nos molhar e alguns vão morrer afogados*”, reiterando seus entendimentos sobre a necessidade de isolamento: “*Não pode é continuar como se tivesse vivendo num clima de guerra, onde se tivesse dado o toque de recolher. Isso não pode*<sup>60</sup>”.

<sup>59</sup> Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/alguns-vaio-morrer-lamento-e-a-vida-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus/>. Acesso em 07 jun. 2021.

<sup>60</sup> Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/08/interna\\_politica,843280/bolsonaro-a-chuva-esta-ai-vamos-nos-molhar-e-alguns-vaio-morrer-afog.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/08/interna_politica,843280/bolsonaro-a-chuva-esta-ai-vamos-nos-molhar-e-alguns-vaio-morrer-afog.shtml). Acesso em 06 jun. 2021.

Segundo Mbembe (2016), essa forma de política que preconiza a morte de alguns é chamada de *necropolítica*, pois nela a vida de milhares de pessoas representa apenas alguns números em uma fria tabela estatística. Este estímulo de o pequeno trabalhador ir ao encontro da morte, praticado pelo governo Bolsonaro, vem acompanhado de um aparato intrincado e bem arquitetado que garante ao Estado o poder de fazer morrer. Trata-se, nas palavras do autor, da necropolítica, ou seja, uma política de normalização e normatização da morte pelo poder do soberano (o rei, o presidente, o primeiro ministro etc.), sem que a ele seja imputado um crime, pois, segundo o autor “[...] a morte é o ponto no qual, destruição, supressão e sacrifício constituem uma despesa tão irreversível e radical – e sem reservas –, que já não podem ser determinados como negatividade” (id. ib. p.126).

As canções de Chico César produzem sentidos que se contrapõem aos postos em circulação pelo presidente e pelos milhares de pessoas mortas, vítimas da pandemia da Covid-19, pois, enquanto o presidente apaga a singularidade da pessoa humana e a dor da sua família, o cantor denuncia esse descaso, musicando o poema de Bráulio Bessa<sup>61</sup>, *Inumeráveis*.

O verbete daí decorrente, *inumerável*, traz, segundo o dicionário Houaiss<sup>62</sup>, as acepções: 1) Que não se pode numerar, impossível de se numerar ou numeroso demais para poder ser contado; infinito em número. 2) Abundante, considerável, copioso.

Nessa direção, *inumeráveis* é uma canção que diz respeito aos milhares de pessoas que perderam suas vidas, no Brasil, vítimas da Covid-19, assim, *inumeráveis* pode ser compreendido como o grande número de vítimas da pandemia, visto que nos aproximamos, no momento da pesquisa, dos 600.000 mil mortos.

Por outro lado, há outros sentidos escandidos na canção de Bráulio Bessa e de Chico César que nenhuma classificação numérica jamais revelaria, pois os números não dão conta da subjetividade e nem da singularidade de cada sujeito que se foi em razão da pandemia. Vidas que foram abreviadas precocemente<sup>63</sup>, assim, não existe sistema numérico que consiga mensurar o que cada sujeito poderia ter feito de extraordinário, pois a lacuna deixada pela morte que poderia ter sido evitada e a dor deixada no seio de cada família são imensuráveis.

---

<sup>61</sup> Bráulio Bessa é um poeta cearense, cordelista, declamador e palestrante brasileiro, cujos vários poemas já foram musicados por Chico César.

<sup>62</sup> Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v5-4/html/index.php#4](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#4). Acesso em 26 mai. 2021.

<sup>63</sup> No fantástico de 20/06/2021 foram apresentados dados que mostram que, em média, os brasileiros mortos pela Covid-19 poderiam viver ainda mais 18 anos.

O poema canção tenta resgatar, então, a subjetividade e a singularidade desses inumeráveis brasileiros mortos pela Covid-19. Vejamos o que diz a primeira estrofe de Inumeráveis<sup>64</sup>

**SD 2:**

André Cavalcante era professor, amigo de todos e pai do Pedrinho.

Pela canção, o anônimo professor André Cavalcante se torna sujeito, pois lhe é dado um nome ao invés de um número, lhe é dada uma profissão, um estado civil, uma paternidade e uma característica, amigos de todos, enfim lhe é dada uma subjetividade que lhe confere singularidade entre as quase 600 mil mortes, que se trata de um total frio de uma contabilidade macabra, para a qual o presidente não tem uma palavra de alento, mas de desdém.

No caso de professores como André Cavalcante, a palavra do atual governo é de desrespeito, assim o que quer, a todo custo, é que os profissionais da educação retornem, imediatamente, às salas de aula, pois sua preocupação não é com a vacina, mas com a Economia. Então, com apenas 42,2% da população vacinada com as duas doses, a volta às aulas presenciais pode significar um nível de contaminação descontrolada.

Esses dados foram denunciados pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp)<sup>65</sup>, no dia 04/03/2021, através de uma manifestação que informou a morte de, pelo menos, 20 docentes pela Covid-19, desde o início da volta às aulas. Estas notícias bem como sua contabilidade de mortos se somam por todo território brasileiro, causando enorme prejuízo para toda a sociedade e, em particular, para a educação. No Estado de Mato Grosso, os dados registrados pelo Sintep/MT, revelam que, apenas em 2021, entre janeiro e abril, 65 profissionais da educação vieram a óbito<sup>66</sup>.

Vejamos mais um recorte do poema/canção:

**SD 3:**

O Bruno Campelo seguiu seu caminho, tornou-se enfermeiro por puro amor.  
Já Carlos Antônio, era cobrador, estava ansioso pra se aposentar.

<sup>64</sup> Poema de Bráulio Bessa e música de Chico César. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xTKk6N6h5vA&ab\\_channel=ChicoC%C3%A9sar](https://www.youtube.com/watch?v=xTKk6N6h5vA&ab_channel=ChicoC%C3%A9sar). Acesso em 26 mai. 2021.

<sup>65</sup> Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/03/sindicato-denuncia-morte-professores-covid-19-volta-as-aulas/>. Acesso em 07 jun. 2021.

<sup>66</sup> Estes dados foram publicados em 14 de abril 2021, portanto, o número de professores que vão a óbito pela Covid-19 aumenta exponencialmente, especialmente com a volta às aulas, sem que uma parte significativa da população tenha sido vacinada. Disponível em: <http://www.gcnoticias.com.br/educacao/mt-registra-maior-numero-de-professores-mortos-pela-covid-19/113228312>. Acesso em 06 jun. 2021.

A Diva Thereza amava tocar seu belo piano de forma eloquente  
Se números frios não tocam a gente, espero que nomes consigam tocar.

Não há como metrificicar a sensação de um trabalhador (Antônio Carlos), na expectativa de se aposentar; ou mensurar a alegria de Bruno Campelo no exercício de sua profissão – enfermeiro –, alegria que se juntava a de Thereza, quando tocava eloquentemente o seu piano. Estes aqui nomeados ainda viverão na memória daqueles que lhes são queridos, pois carregam um nome próprio e o *nome-do-pai*<sup>67</sup>, enquanto um nome de família. Assim, estão eternizados na memória da sua família e na canção/poema, pois ela lhes garante um processo de identificação que lhes confere subjetividade, singularidade.

O refrão da canção/poesia diz dessa relação entre a pura estatística e o nome, pois ter um nome é pertencer a uma dada família, é ter uma história, é carregar processos de identificação que tornam peculiares cada sujeito. Acostumamos a ver, diariamente nas mídias, as estatísticas sobre o número de mortos pela Covid-19. São números que, no começo da pandemia, nos chocavam, nos ameaçavam, mas dada a duração, o descaso, a ausência de vacinas, os números foram aumentando com uma segunda, terceira onda e aprendemos a naturalizá-los. Então, *se números frios não tocam a gente, espero que nomes consigam tocar*, pois os nomes nos lembram filiação, maternidade/paternidade, profissão, alegria de viver, enfim, os nomes nos lembram histórias, inclusive a de que em milhares de lares brasileiros há dor, saudade e revolta.

Lembram sonhos profissionais realizados que se tornaram pesadelos, pois, para dizer apenas de duas classes trabalhistas, os professores e os médicos e paramédicos compõem/comporão as estatísticas dessa tragédia que poderia ser, em grande parte, amenizada.

No poema/canção, Bruno Campelo, o enfermeiro, morreu doando a sua vida na tentativa, muitas vezes vã, de salvar vítimas da Covid-19, pois a precariedade da saúde no país fez com que faltassem hospitais, leitos, materiais de proteção, oxigênio etc.

Em pesquisa realizada, em 29/03/2021, pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), se apurou que, desde 22 de março de 2020, quando foi divulgada a primeira morte de um médico brasileiro por coronavírus, 624 médicos já perderam a batalha para a doença no Brasil, sendo

---

<sup>67</sup> Quinet (2000) aponta que o Nome-do-Pai é o pai enquanto função simbólica, o pai simbólico, que vem metaforizar o lugar de ausência da mãe; é o significante que faz a mãe ser simbolizada. A função significante do Nome-do-Pai inscreve-se no Outro, que até então era para a criança ocupada somente pela mãe. Se no primeiro tempo lógico o Outro é a mãe, o Nome-do-Pai é o que vem barrar o Outro onipotente e absoluto, inaugurando a entrada da criança na ordem simbólica. É devido à intervenção do Nome-do-Pai no Outro que a lei é instalada para o sujeito no lugar do Outro, o Outro se constitui para o sujeito como lugar da lei, o Outro do pacto da fala. O Nome-do-Pai funciona então como ponto-de-basta. Disponível em: <https://www.redepsi.com.br/2008/03/28/psicose-a-foraclus-o-do-nome-do-pai/>. Acesso em 05 jan. 2021.

70 somente no estado de São Paulo. A mesma pesquisa ainda mostra que 689 profissionais da área de enfermagem morreram vítimas da Covid-19. São Paulo responde por 95 destes óbitos, sendo o estado mais letal para a categoria<sup>68</sup>.

O cantor segue apresentado uma série de pessoas, com suas particularidades históricas, assim são sujeitos que se marcam pela relação parental: pais, tios, avós, filhos, netos, sobrinhos, amigos, amantes, namorados, maridos, esposas etc.; pela relação profissional: são operários, músicos, paratletas, estudantes, caminhoneiros, donas de casa, médicos, enfermeiros, dentistas, pescadores, lavradores etc. Ou seja, é um mundo heterogêneo de subjetividades, cujas vidas foram ceifadas, são inumeráveis, não são mensuráveis, não quantificáveis, pois as particularidades, que torna cada sujeito *uno*, estas nem todas as planilhas de uma pesquisa, nem todos os números de uma estatística dão conta de enumerar, pois a frieza do número é uma forma estratégica de tornar invisível toda essa trágica epopeia humana, exacerbada por um governo declaradamente afeito à economia e às leis do mercado.

A manifestação na forma de denúncia artística faz o poema/canção tocar a vida de pessoas da realidade social, assim, mesmo sem dar conta da complexidade da subjetividade humana, produz efeitos de sentido que convocam a individualidade, o processo de identificação, a subjetividade mediante a invisibilidade dada à morte pela Covid-19. Nessa direção, o poema/texto materializa sentidos de não transparência do discurso, escancarando o simulacro das estatísticas, que tenta produzir efeito de transparência para as mortes. Assim, ao nomear os mortos, ao dar-lhes origem, história, o poema/canção arranca-nos dos efeitos da transparência, da naturalização, para nos colocar como identificados com as pessoas que se foram e com suas famílias, pois os números traduzem a quantidade desses sujeitos, mas apagam quem elas foram, o que fizeram e com o que sonharam.

O gesto de nomear os sujeitos no poema/canção produz sentidos que colocam em relação, nas palavras de Orlandi (2010, p. 12), o simbólico e o político, pois “[...] os sentidos são divididos, não são os mesmos para todo mundo, embora ‘pareçam’ os mesmos. Esta divisão tem a ver com o fato de que vivemos em uma sociedade que é estruturada pela divisão e por relações de poder que significam estas divisões”.

Desse modo, o político, para a Análise de Discurso, diz das relações de poder da formação social capitalista, que, em nosso recorte, simboliza o embate causado pela divisão entre o administrativo – representado pelo governo e suas instituições que significam a pandemia a partir de dados estatísticos, de planilhas e gráficos – e o social – representado pelos

---

<sup>68</sup> Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/mais-de-150-profissionais-de-saude-ja-morreram-de-covid-19-em-sp\\_86105.html](http://www.cofen.gov.br/mais-de-150-profissionais-de-saude-ja-morreram-de-covid-19-em-sp_86105.html). Acesso em 07 de jun. 2021.

sujeitos que estão perdendo seus amigos e familiares, para quem os números não dão conta de representar a dor, o vazio deixado pelos entes queridos que se foram.

A minimização dessa catástrofe e seus malefícios não é uma questão de fácil solução, pois, mesmo em países que fizeram o enfrentamento à pandemia com mais seriedade, os números estatísticos de vítimas da doença se mostraram altos. Mas, podemos enumerar uma série de medidas que, no Brasil, não foram levadas em conta ou que foram até ironizadas pelos governantes: barreiras sanitárias, testagem em massa, celeridade na compra de vacinas, urgência no processo de vacinação etc. No país, nenhuma destas medidas foi executada com rigor, visando, de fato, o combate ao vírus, pois o que vimos foi ataques frontais à China e ao povo brasileiro e à aquisição de vacinas.

Essa postura da presidência fez ecos em alguns estados da federação, partidários do presidente, como o estado da Bahia no qual a ANVISA chegou a vetar a implantação de barreiras sanitárias, que só foram implantadas com a determinação de um juiz federal<sup>69</sup>.

Do mesmo modo, a não utilização do recurso da testagem em massa, cujos testes chegaram a ser comprados, em grande quantidade (6.8 milhões de unidades), mas que ficaram estocados em depósitos, de dezembro de 2020 a janeiro de 2021, até perderem a validade e serem descartados<sup>70</sup>.

Nessa mesma esteira está a medida de aquisição de vacinas e, conseqüente vacinação em massa no Brasil, pois, desde o início da pandemia, o presidente se calçou com declarações negacionistas, como, por exemplo, negar a existência do vírus, recusar as vacinas chinesas, não usar máscara e provocar aglomerações.

Os discursos do presidente a respeito da vacina se inscrevem em uma formação discursiva de negação da ciência em detrimento da economia, pois coloca em suspeição o discurso da ciência, desdenhando de todos os protocolos recomendados pela OMS, como o uso da máscara, a não aglomeração e a eficácia da vacina, conforme materializa sua declaração no dia 17/12/2020: “Se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso<sup>71</sup>”. Essas declarações se seguiram da que não tomaria a vacina e que os brasileiros eram livres para tomá-la ou não. Com postura antiestadista, o presidente ainda se recusou a comprar a vacina da

<sup>69</sup> Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/2020/03/19/justica-federal-autoriza-implantacao-de-barreira-sanitaria-nos-aeroportos-da-bahia-2/>. Acesso em 12 jun. 2021.

<sup>70</sup> Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/11/22/governo-federal-pode-ter-de-jogar-fora-6-8-milhoes-de-testes-perto-da-validade>. Acesso em 12 jun. 2021.

<sup>71</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=IBCXkVOEH-8&ab\\_channel=UOL](https://www.youtube.com/watch?v=IBCXkVOEH-8&ab_channel=UOL). Acesso em 10 mai. 2021.

China<sup>72</sup> (Coronavac), alegando não sentir “segurança” naquele país, insinuando que criaram o vírus em laboratório para vender “vacinhas” para o mundo.

Segundo apurou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instituída para investigar se houve falhas por parte do Governo Federal no enfrentamento à pandemia, somente a empresa Pfizer enviou 81 *e-mails* para o governo brasileiro na tentativa de vender o seu imunizante, desde meados de 2020, sem obter nenhuma resposta<sup>73</sup>.

Do mesmo modo, o presidente do Instituto Butantan afirmou que o governo poderia ter assinado um contrato em julho de 2020, mas só assinou em janeiro de 2021. Em dezembro de 2020 o Instituto já tinha 5,5 milhões de doses da Coronovac produzidas e 4 milhões em processamento, no entanto, não havia acordo e nem contrato com o Ministério da Saúde<sup>74</sup>.

Mesmo com o atual número de pessoas mortas, quase 600 mil, o presidente continua a estimular aglomerações, não recomendando o uso de máscara, conclamando as pessoas a enfrentar a doença sem estarem devidamente imunizadas, desestimulando, portanto, a vacinação.

O discurso das canções de Chico César se inscreve, ao contrário do que proclama o presidente, em uma formação discursiva da saúde, sustentada por instituições como a OMS, a ANVISA, as Secretarias de Saúde de alguns municípios, pois defendem, por exemplo, a necessidade do isolamento social, do uso de máscara, da higienização das mãos com o álcool em gel e da vacinação em massa, como medidas efetivas de combate ao coronavírus.

Nessa direção, o que assistimos é a utilização de um partidarismo político para lidar com a pandemia, pois os adeptos do presidente seguem os seus entendimentos, enquanto os contrários seguem os protocolos ditados pelos órgãos de saúde.

No entendimento de Pêcheux ([1975] 2014, p. 147), esse funcionamento decorre do fato de que

[...] as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: [...] aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu*

<sup>72</sup> Entre outros aspectos, para além do negacionismo, a “insegurança” do presidente com a China alicerça-se também no fato de aquele país ser comunista, portanto contrário às suas crenças político-ideológicas. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/11/interna\\_politica,1245676/mudou-o-discurso-confira-10-momentos-em-que-bolsonaro-foi-contrario-a-vacina.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/03/11/interna_politica,1245676/mudou-o-discurso-confira-10-momentos-em-que-bolsonaro-foi-contrario-a-vacina.shtml). Acesso em 05 mai. 2021.

<sup>73</sup> Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/06/4928952-randolfe-rodrigues-revela-que-governo-brasileiro-ignorou-mais-de-50-e-mails-da-pfizer.html>. Acesso em 11 jun. 2021.

<sup>74</sup> Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/05/27/bolsonaro-poderia-ter-comecado-a-vacinar-em-2020-e-e-responsavel-por-metade-das-mortes-no-pais-diz-doria.ghtml>. Acesso em 01 jun. 2021.

discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhe são correspondentes.

Por esse funcionamento descrito pelo autor, temos um embate, um litígio em curso, em que, de um lado, coloca-se a posição-sujeito ideológica adepta à ciência e, de outro, a posição-sujeito ideológica que nega a ciência, especialmente porque o que ela dita fere os interesses da economia, do mercado, do empresariado brasileiro. Enquanto essa relação de forças se desenrola, o povo morre aos milhares, especialmente aqueles que não podem optar por se isolar, aqueles que precisam sair diariamente para o trabalho.

Trata-se, pois de uma guerra de posições ideológicas, uma vez que a posição-sujeito, que não é estável, que é múltipla, diz da relação do sujeito com o discurso e com a formação discursiva em que o seu discurso se inscreve, conformando a posição que um sujeito ocupa em uma dada formação social. Para a Análise de Discurso, o “lugar do sujeito na sociedade” está, então, relacionado ao lugar empírico, enquanto o lugar da “posição sujeito no discurso”, está relacionada à posição ideológica que interpela cada sujeito, de modo que nem sempre o empírico se subsume pelo ideológico (ORLANDI, 2015), o que permite que os sujeitos se posicionem de formas distintas em relação ao combate ao coronavírus, por vezes se identificando com a formação discursiva que nega a ciência e a gravidade da doença, por vezes, se identificando com os discursos da saúde.

A posição-sujeito ocupada pelo cantor Chico César interpela-se ideologicamente pelo discurso da ciência, dando a ver, no recorte da próxima canção, sua preferência pela vacina em detrimento da cloroquina, tão propagada pelo presidente. Trata-se da canção *O Pico* que coloca em funcionamento um significante polissêmico, visto ser dotado de muitos significados.

Considerando que a palavra *pico*<sup>75</sup> significa também o uso de substâncias ilícitas, inaceitáveis, ou seja, de drogas injetáveis, o título da canção instala-se pela dubiedade, fazendo funcionar uma posição de enfrentamento, de afronta, de subversão às instituições, repressivas e disciplinares do Estado, deslizando sentido do desejo de tomar a vacina (de levar um pico) para a de um usuário de drogas injetáveis. Nesse entendimento, o título da canção poderia ser *A vacina* ou *Vou vacinar*, mas ao intitulá-la simplesmente com a palavra *pico*, o autor marca a sua posição de enfrentamento aos discursos presidenciais, pois o sujeito presidente da república se coloca contrário à vacina, enquanto o sujeito autor cantor se coloca favorável a ela

---

<sup>75</sup> Dentre as acepções do verbete *pico*, o dicionário Houaiss traz o sentido de “dose de entorpecente injetada de uma vez”. Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v5-4/html/index.php#3](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#3). Acesso em 10 mai. 2021.

e a recomenda; o presidente representa o Estado que se faz representar pelas instituições ordinárias, o cantor se coloca contrário às ordens, pratica isolamento social e usa máscara.

Vejamos um recorte da letra canção *O pico*, de Chico César:

**SD 4:**

Eu vou tomar vacina, quem não quiser que tome Cloroquina.  
 Não vou passar vergonha e quem quiser que escute este pamonha.  
 Estou já de braço esticado, com o muque amarrado  
 Pra tomar este pico.  
 Se o vírus me pega e me agarra, cadê minha marra  
 Como é que eu fico.  
 Não brinco carnaval nenhum tico.

Ao dizer *Eu vou tomar vacina, quem não quiser que tome Cloroquina*, o autor revela o embate que se dá no campo discursivo que coloca, de um lado, a vacina, enquanto discurso da ciência, e o “tratamento precoce”, de outro, enquanto discurso que o presidente tenta institucionalizar no país.

O cantor reitera, então a sua posição ao afirmar *Não vou passar vergonha e quem quiser que escute este pamonha*, pois associa os discursos negacionistas do presidente à vergonha e o chama de *pamonha*, que segundo Houaiss, “[...] diz-se de ou indivíduo mole, sem ação, abobado, preguiçoso, bobo, tolo<sup>76</sup>”. No dizer de Chico César, o presidente constitui-se como uma vergonha para o país, embora tenha quem o siga, por ser um indivíduo sem ação, abobado, sem ação diante da pandemia. A vergonha é, então, a negação do presidente à ciência e a insistência no uso de um medicamento comprovadamente ineficaz, pela ciência, reiterando um discurso circular, tolo, quando já existe uma diversidade de vacinas para o vírus. Assim, nessas condições de produção, a vacina representa a formação discursiva da saúde, e a Cloroquina representa a formação discursiva do negacionismo.

O presidente brasileiro, reiteradas vezes, se coloca contrário à ciência, contrário às medidas comprovadamente eficazes de preservação da saúde, consequentemente, da vida, minimizando os efeitos do coronavírus. Nessa direção, o autor da canção diz dos perigos que o vírus representa para cada brasileiro: *Se o vírus me pega e me agarra, cadê minha marra, como é que eu fico*, pois o perigo é real, visto que são mais de meio milhão de brasileiros mortos e milhares de famílias privadas da convivência e em luto.

---

<sup>76</sup> Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v5-4/html/index.php#4](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#4). Acesso em 10 mai. 2021.

Para muitos, a posição-sujeito Presidente confere ao seu discurso um efeito de oficialidade, pois se trata da maior autoridade do país que, com suas palavras e atos, diz ao seu povo como agir diante de uma ameaça, pois, nesse funcionamento, pela ordem do repetível (INDURSKY, 2003), o seu discurso negacionista, feito basicamente pelas redes sociais<sup>77</sup> e no contato direto com os seus seguidores, no chamado “cercadinho”, produz um efeito de verdade, o que deveria implicar, também, responsabilidade por parte do presidente. Assim, enquanto o discurso oficial (do presidente) apregoa a infecção pelo vírus do maior número de pessoas, para atingir a falsa ideia de “imunidade de rebanho”<sup>78</sup>, o discurso do artista promove a preservação da vida, assim, não é trivial que o autor vincule a letra de sua canção à imagem do carnaval, a maior festa popular brasileira, como modo de celebração da vida.

Vejamos mais uma outra canção, *Respira*<sup>79</sup>:

Não se entregue não  
 Ainda tem chão, respira  
 Sei que falta ar  
 Mas de algum lugar  
 A gente tira  
 Não há mal que sempre dure  
 Meu amor procure  
 Apenas estar  
 E não entrar na pira  
 Respira, respira

Não se renda não  
 Vida sem razão, mentira  
 Ande no pomar  
 Que um dia em seu olhar florira  
 Toda chuva um dia passa  
 Veja na vidraça  
 O Sol a brilhar  
 Sobre o ódio, a ira  
 Respira, respira

Nada terminou  
 Nunca termina  
 A sombra ilumina  
 A luz que apagou

<sup>77</sup> Toda quinta-feira o presidente promove uma *live* em que utiliza o meio virtual para fazer apologia ao “tratamento precoce” e para fazer campanha para si próprio e para os seus filhos e seguidores, fazendo do espaço um horário eleitoral antecipado.

<sup>78</sup> *Imunidade de rebanho*, segundo o site Rede D’or São Luiz, “[...] é o termo que define o momento em que a cadeia de transmissão de uma doença dentro de um grupo populacional é interrompida por se ter atingido um grande percentual de indivíduos já imunizados contra o agente infeccioso. Esta imunidade, ou resistência à infecção, pode ser adquirida pelos indivíduos que se recuperaram, após sofrer a doença, ou foram vacinados contra o agente causador.” Disponível em: <https://www.rededorsaoluiz.com.br/noticias/artigo/o-que-e-imunidade-de-rebanho>. Acesso em 22 jun. 2021.

<sup>79</sup> Disponível em: <https://www.letras.mus.br/chico-cesar/respira-part-zeca-baleiro/>. Acesso em 26 mai. 2021.

Nada terminou  
Nunca termina  
A sombra ilumina  
A luz que apagou

Chico César, no primeiro semestre de 2021, compôs, em parceria com Zeca Baleiro, esta canção, *Respira*, que pode ser traduzida como um gesto de potencialização da vida, gesto de incentivo à luta, à resistência. “Respira” funciona, então, como uma metáfora para lutar pela vida, produzido sentidos de que falta o ar para a pessoa, mas ela deve lutar contra esse sintoma, que, tal como o sintoma que representa maior gravidade para uma pessoa que contrai Covid-19, precisa insistir em respirar, significando tanto o esforço físico para encher os pulmões de ar, em razão da pandemia que se estabelece no país, quanto o gesto simbólico de lutar, de resistir, de sobreviver às condições adversas, ao negacionismo, à falta de ação do governo ou ao discurso abobado de insistir em tratamentos precoces, superados pela ciência, para um mal, um vírus que só a vacina pode imunizar.

Insistir no gesto de respirar, insistir em permanecer vivo, talvez seja o gesto mais revolucionário que possamos praticar nestes tempos de ódio, de ira, de intolerância, de vazio intelecto e de negacionismo sistemático, pois ficar vivo se instala pelos efeitos de um gesto de revolução, um ato de resistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda discussão trazida aqui possibilita uma (re)entrada para a compreensão do funcionamento do discurso político, bem como os seus possíveis desdobramentos, no Brasil, levando em consideração a pandemia do Covid-19 e a polifonia esquizofrênica de opiniões a respeito da doença, seu tratamento, métodos de prevenção e, finalmente, a gestão de enfrentamento à pandemia adotada pelo atual governo. Essa indistinção de vozes faz-se por um funcionamento que marca a falta de um *significante-mestre*, que funcione como a voz que deve dar direção aos modos de enfrentamento da pandemia.

Durante todo o percurso desta pesquisa, procuramos, na medida do possível, trazer as condições de produção dos discursos que permeiam as práticas políticas na atualidade. Em longa descrição, tentamos trazer, a partir dos conceitos de acontecimento histórico e acontecimento discursivo, várias reflexões para que pudéssemos, a partir das condições históricas, compreender como alguns discursos julgados tolos ou inaceitáveis, a cada dia se materializam em demandas e hoje se fazem presentes nas pautas políticas do atual governo. Para citar apenas algumas destas demandas, ficaremos com o desmanche da educação via militarização das escolas públicas; flexibilização das leis que regulam o meio ambiente; a regulamentação do uso de armas etc.

Durante o nosso percurso, procuramos reconstituir alguns caminhos que nos levassem a refletir, a partir do conceito de ideologia, sobre como esta nova direita ou direita alternativa foi gestada, quais as influências que exerceram/exercem no mundo ocidental e, principalmente, na América do Sul, conseqüentemente, no Brasil. Como o nosso país saiu do rol dos países que combatiam a miséria, a fome e a pobreza, para entrarmos no rol dos países que, apesar dos índices econômicos estarem em alta e projetarem alta do Produto Interno Bruto (PIB), para o ano de 2021, persistem os altos índices de desemprego, a desesperança, o desalento e a fome, fantasmas do passado que voltam a assombrar as famílias brasileiras.

Neste trabalho, dirigimos o nosso olhar, principalmente, para alguns aspectos da gestão do Estado brasileiro com a constituição de uma direita neoliberal que se remete aos ecos do passado, mas que se quer nova (no caso do Brasil, leia-se, bolsonarismo); com a condução política de enfrentamento à pandemia do coronavírus; e aos gestos de resistência nas canções de Chico César. No entanto, durante a pesquisa e escrita desta dissertação, vários outros aspectos importantes foram surgindo e que poderão se desdobrar em futuras análises.

Para ilustrar o que dissemos sobre outros aspectos ou recortes, tomamos a eleição e o governo de Dilma Rousseff, a primeira mulher a ser eleita democraticamente para o mais alto

cargo de nosso país. É, deveras, um acontecimento histórico que deve ser analisado discursivamente, não apenas por ser uma mulher, o que já seria significativo, mas também por tudo o que esta mulher/presidenta teve que enfrentar durante o seu mandato, por todos os discursos depreciativos que circularam/circulam e, por fim, por sua altivez ao enfrentar os seus algozes durante todo o processo de cassação do seu mandato.

Outro recorte que merece uma maior atenção da parte dos analistas de discurso, que não passou despercebida ao nosso olhar e que merece atenção, é o crescimento de grupos que se identificam com a direita, especialmente os “jovens de direita”, que criam centenas de páginas nas principais redes sociais. Desse modo, é um fenômeno, que do nosso ponto de vista, devemos tentar compreender, afinal, como grupos de jovens anunciam publicamente e em ambiente virtual uma herança cultural relacionada a um estilo de pensamento conservador e que desdenha da vida e das minorias?

Em uma breve análise dos posicionamentos de alguns jovens conservadores, nota-se uma apropriação difusa do conceito de conservadorismo, tal como pudemos verificar na apropriação dos bolsonaristas denominados “Periféricos de direita”, porém, dominam estratégias claras de polarização com outros grupos, pois se posicionam como herdeiros do conservadorismo e se colocam com disposição para transformar a sociedade brasileira em uma nação conservadora.

Não menos importante, destacamos aqui mais um recorte merecedor do olhar dos analistas: o papel de inércia de parte da classe artística no posicionamento de enfrentamento ao atual governo. Como dissemos anteriormente, no Brasil não há um movimento orgânico de artistas para contrapor ao governo atual, do modo como havia na época da ditadura civil militar, embora haja artistas que têm, desde o golpe contra o mandato da presidenta Dilma Rousseff, ocupado uma posição-sujeito que, inscrita em uma dada formação discursiva, atualiza sentidos relativos às formações ideológicas de esquerda, marcando posição de oposição aos governos que se instalaram. Trouxemos alguns nomes de artistas que se encaixam nesse perfil, mas nosso gesto não abarca o grande número de artistas que, por não se identificarem ideologicamente com as formas de gestão do atual governo, também se inscrevem como partícipes destes gestos de resistência.

Nesta pesquisa, tomamos as discursividades em torno da pandemia do coronavírus, do bolsonarismo e dos gestos de resistência nas canções de Chico César, para mobilizarmos os conceitos da Análise do Discurso, na tentativa de uma análise que pudesse nos fazer compreender o tempo de uma dura realidade que nos amedronta a cada dia, nos apequenando frente aos discursos de profundo ódio, de constantes ameaças ao bem mais precioso conquistado

pelo povo brasileiro, a democracia. São tempos difíceis, que remontam ao período medieval, de negação da ciência, de insensibilidade, de falta de empatia e de normalização da morte de mais de meio milhão de vidas humanas.

Portanto, como o leitor deve ter notado, este trabalho não se conclui, pois há muito que ser dito sobre os acontecimentos aqui analisados. Futuras pesquisas, elaboradas por nós ou por outros pesquisadores, poderão, em um futuro próximo, trazer mais contribuições valiosas sobre o que analisamos.

Por hora, consideramos de vital importância e de grande necessidade o olhar da ciência sobre essas questões de saúde pública, visando a protocolos seguros, que contribuam para o debate contra o negacionismo, bem como, o olhar da Análise de Discurso para tornar visível o modo como os sentidos sobre estas questões se constituem, se formulam e circulam nos espaços sociais e institucionais, a fim de poder romper com o discurso literal e transparente, desconstruindo sentidos cristalizados e estereotipados, fazendo ouvir uma maior polifonia de vozes, sem, contudo, apagar os gestos de resistência.

Consideramos, ainda, de grande importância, o olhar dos movimentos artísticos que tratam e que enfrentam temas polêmicos, pesados e inomináveis, como a morte. Na atualidade de desesperança, são seus gestos que nos fortalecem, tornando mais leves as adversidades, pois, sobre o ódio, a ira, o genocídio, são seus gestos artísticos que se impõem como uma palavra de ordem: Respira!

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. “Resposta a John Lewis”. In **Posições**. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença e São Paulo, SP: Martins Fontes, 1980.
- BÍBLIA SAGRADA ON-LINE. **Gênesis 11, 1-9**. Disponível em <https://www.bibliaonline.com.br/acf/gn/11>. Acesso em 20 mar. 2021.
- ANGELO, Tiago. **O que você precisa saber sobre o crescimento da extrema direita europeia**. Jornal Brasil. São Paulo, 05/04/2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/05/o-que-voce-precisa-saber-sobre-o-crescimento-da-extrema-direita-europeia>. Acesso em 01 de mar. 2020.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Tradução de Aurélio Guerra Neto et alii. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1996.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. **O abecedário de Gilles Deleuze**. Entrevista com Gilles Deleuze. Editoração: Brasil, Ministério da Educação, “TV Escola”, 2001.
- DOSSE, F. **História do Estruturalismo**. V.1: o campo do signo, 1945-1966. São Paulo, SP: Ensaio, Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1993.
- DUPRAT, R. **Música na Matriz e Sé de São Paulo colonial**. São Paulo, SP: Editora Paulus, 1995.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.
- FERREIRA, M. C. L. “O acontecimento discursivo como gesto de interpretação na história”. In: Joelma A. Bressanin, Neuza Zattar, Taisir Mahmudo Karim, Ana Maria di Renzo (Orgs.). **Linguagem e Interpretação: a institucionalização dos dizeres na história**. Campinas, SP: Editora RG, Cáceres, MT: Editora da Unemat, 2013, p. 135-146.
- FERREIRA, M. C. L. “O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil”. In **Revista Letras**, n. 27, Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2003, p. 39-46.
- FERREIRA, C.L.F. “O caráter singular da língua na Análise do Discurso”. In **Organon: Discurso, Língua e memória**. Revista do Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 17, n. 35, 2003. pp. 189-200.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo, SP: Loyola: 1996.
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 23. ed. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2008.
- GALVÃO, Laura. **Como o “bom ladrão” crucificado ao lado de Jesus se tornou santo**. Jovens de Maria, 29/07/2019. Disponível em: <https://www.a12.com/jovensdemaria/artigos/crescendo-na-fe/como-o-bom-ladrao-crucificado-ao-lado-de-jesus-se-tornou-santo>. Acesso em 01 de mar. 2020.
- HENRY, P. “Os fundamentos teóricos da ‘Análise Automática do Discurso’ de Michel Pêcheux (1969)”. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**;

uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethânia S. Mariani et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

INDURSKY, F. “Lula lá: estrutura e acontecimento”. In **Organon**: Revista do Instituto de Letras da UFRGS. v. 17, n. 35. UFRGS, 2003.

JAQUET, Gabriela M. “História outra: uma acontecimentalização da história através do domínio do discursivo”. In MADARASZ, N., JAQUET, G. M., FAVERO, D., CENTENARO, N. **Foucault**: Leituras acontecimentais. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016, p. 71.

KALIL, Isabela Oliveira. “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”. In **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo**. Outubro 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FES%20PSP.pdf>. Acesso em 12 abr. 2021.

LAMAS, Julio. “É verdade que os canhotos já foram perseguidos?”. In **Super Interessante**. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/e-verdade-que-os-canhotos-ja-foram-perseguidos/>. Acesso em 01 de mar. 2020.

MALUF-SOUZA, Olimpia. “As condições de produção dos laudos periciais de indivíduos com suspeição de insanidade mental”. **Dissertação de Mestrado**. Doutorado Campinas, SP: [s.n.], 2000.

MALUF-SOUZA, Olimpia. “Cidade, discurso e ideologia”. In. **II SEAD** (Seminário de Estudos em Análise do Discurso), Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/OlimpiaMalufSouza.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

MARIANI, Bethania. “Linguagem e história (ou discutindo a lingüística e chegando à análise crítica do discurso)”. In **Caderno de Letras da UFF**, Niterói, Rio de Janeiro, v. 12, p. 13-23, 1997.

MASSMANN, Patricia Cristina Brasil. **A constituição como discurso**. 2019. 280 f. Tese (Doutorado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/4201> - Acesso em: 11 ago. 2021.

MATTOS, Franklin. **A querela do teatro no século XVIII**: Voltaire, Diderot, Rousseau. In. O que nos faz pensar no 25. Universidade de São Paulo. 2009. Disponível em: [http://oquenofazpensar.fil.pucRio.br/import/pdf\\_articles/OQNFP\\_25\\_02\\_franklin\\_de\\_mattos.pdf](http://oquenofazpensar.fil.pucRio.br/import/pdf_articles/OQNFP_25_02_franklin_de_mattos.pdf). Acesso em: 31 ago. 2021.

NECKEL, Nádia Régia Maffi. **ANÁLISE DE DISCURSO E O DISCURSO ARTÍSTICO**. In. **II SEAD** (Seminário de Estudos em Análise do Discurso), Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/NadiaReginaMaffiNeckel.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

NAÏR, Sami. **A esquerda e o poder**: a experiência francesa (1981-1997). São Paulo, SP: Perspectivas, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2082/1704>. Acesso em 26 abr. 2021.

ORLANDI, Eni P. **A linguagem e seu Funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 8. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.

\_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **Segmentar ou recortar? Linguística: questões e controvérsias.** Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

\_\_\_\_\_. “Formas de individuação do sujeito feminino e sociedade contemporânea: o caso da delinquência”. In ORLANDI, Eni P. **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso.** Campinas, Editora RG, 2010.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso: princípios e procedimentos.** 10 ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.  
PÊCHEUX, Michel. “Delimitações, Inversões, Deslocamentos”. In: **Caderno de Estudos Linguísticos,** Campinas, SP, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

\_\_\_\_\_. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

\_\_\_\_\_. “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso.** 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010, p. 49-59.

\_\_\_\_\_. [1975]. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução: Eni Puccinelli Orlandi [et al]. 5. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

QUINET, Antônio. **Teoria e clínica da psicose.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. **Será que a arte resiste a alguma coisa?** LINS, Daniel (org.). **Nietzsche, Deleuze, arte e resistência.** Forense Universitária: Prefeitura de Fortaleza, 2007. Disponível em: [https://we.riseup.net/assets/94242/versions/1/sera\\_que\\_a\\_arte\\_resiste\\_a\\_alguma\\_coisa\\_ranciere.pdf](https://we.riseup.net/assets/94242/versions/1/sera_que_a_arte_resiste_a_alguma_coisa_ranciere.pdf) ; acesso em 31 ago. 2021.

SILVA, Fabricio Pereira da. “Quinze anos da onda rosa latino-americana: balanço e perspectivas”. In **Observador on-line,** v. 9, p. 1, 2014.

SOUZA, Márcia Regina de. “Discursividades sobre o negro no espaço acadêmico”. 2018. 137 f. **Dissertação (Mestrado em Linguística)** – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Cáceres, 2018.

SOUZA, Natanael Vieira de. **A MODA DE VIOLA E AS RESSONÂNCIAS DO DISCURSO IDENTITÁRIO.** 2013. 58 f. (**Monografia**) - Monografia apresentada como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena em História. Ao Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade do Estado de Mato Grosso. Área de Ciências Humanas. Orientador: Prof. Ms. Rubens Gomes Lacerda. UNEMAT. 2013. Disponível em: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com/2013/07/a-moda-de-viola-e-as-ressonancias-do.html> - Acesso em: 11 ago. 2021.

ZIZEK, Slavoj. [1949]. **Primeiro como Tragédia, depois como farsa.** Tradução Maria Beatriz de Medina. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

## ANEXOS

### Letras das músicas recortadas para a análise

#### **BOLSOMINIONS**

Letra e música: Chico Cesar

*Bolsominions são demônios  
Que saíram do inferninho  
Direto pro culto para brincar de amigo oculto com satã num condomínio*

*Bolsominions são vergonhas  
Que pastavam distraídos  
Whisky modesto, horror a festa  
E a risada instruída*

*A bolsa de valores sem valores  
Os corpos molhados sem alma  
O sangue de barata e a raiva por toda humanidade que não quer ser salva*

#### **INUMERÁVEIS**

Letra: Bráulio Bessa e Música: Chico Cesar

*André Cavalcante era professor  
amigo de todos e pai do Pedrinho  
O Bruno Campelo seguiu se caminho  
Tornou-se enfermeiro por puro amor  
Já Carlos Antônio, era cobrador  
Estava ansioso pra se aposentar  
A Diva Thereza amava tocar  
Seu belo piano de forma eloquente  
Se números frios não tocam a gente  
Espero que nomes consigam tocar*

*Elaine Cristina, grande paratleta  
fez três faculdades e ganhou medalhas  
Felipe Pedrosa vencia as batalhas  
Dirigindo uber em busca da meta  
Gastão Dias Junior, pessoa discreta  
na pediatria escolheu se doar  
Horácia Coutinho e seu dom de cuidar  
De cada amigo e de cada parente  
Se números frios não tocam a gente*

*Espero que nomes consigam tocar*

*Iramar Carneiro, herói da estrada  
foi caminhoneiro, ajudou o Brasil  
Joana Maria, bisavó gentil.  
E Katia Cilene uma mãe dedicada  
Lenita Maria, era muito animada  
baiana de escola de samba a sambar  
Margarida Veras amava ensinar  
era professora bondosa e presente.  
Se números frios não tocam a gente  
Espero que nomes consigam tocar*

*Norberto Eugênio era jogador  
piloto, artista, multifuncional  
Olinda Menezes amava o natal.  
Pasqual Stefano dentista, pintor  
Curtia cinema, mais um sonhador  
Que na pandemia parou de sonhar  
A vó da Camily não vai lhe abraçar  
com Quitéria Melo não foi diferente  
Se números frios não tocam a gente  
Espero que nomes consigam tocar*

*Raimundo dos Santos, um homem guerreiro  
O senhor dos rios, dos peixes também  
Salvador José, baiano do bem  
Bebia cerveja e era roqueiro  
Terezinha Maia sorria ligeiro  
cuidava das plantas, cuidava do lar  
Vanessa dos Santos era luz solar  
mulher colorida e irreverente  
Se números frios não tocam a gente  
Espero que nomes consigam tocar*

*Wilma Bassetti vó especial  
pra netos e filhos fazia banquete  
Yvonne Martins fazia um sorvete  
Das mangas tiradas do pé no quintal  
Zulmira de Sousa, esposa leal  
falava com Deus, vivia a rezar.  
O X da questão talvez seja amar  
por isso não seja tão indiferente  
Se números frios não tocam a gente  
Espero que nomes consigam tocar*

## **O Pico**

Letra e música: Chico Cesar

*“Eu vou tomar vacina  
 Quem não quiser  
 Que tome cloroquina  
 Não vou passar vergonha  
 Quem não quiser  
 Que escute esse pamonha*

*Estou já de braço esticado  
 Com o muque amarrado  
 pra tomar esse pico  
 Se o vírus me pega e me agarra  
 Cadê minha marra?  
 Como é que eu fico?  
 – Não brinco o Carnaval nem um tico”*

## **Pedrada**

Letra e música: Chico César

*Cães danados do fascismo  
 Babam e arreganham os dentes  
 Sai do ovo a serpente  
 Fruto podre do cinismo*

*Para oprimir as gentes  
 Nos manter no escravismo  
 Pra nos empurrar no abismo  
 E nos triturar com os dentes*

*Ê, república de parentes, pode crer  
 Na nova Babilônia eu e você  
 Somos só carne humana pra moer  
 E o amor não é pra nós*

*Mas nós temos a pedrada pra jogar  
 A bola incendiária está no ar  
 Fogo nos fascistas  
 Fogo, Jah!*

*Ê, república de parentes, pode crer  
 Na nova Babilônia eu e você  
 Somos só carne humana pra moer  
 E o amor não é pra nós*

*Mas nós temos a pedrada pra jogar  
 A bola incendiária está no ar  
 Fogo nos fascistas  
 Fogo, Jah!*

## Respira

Letra e música: Chico César, Zeca Baleiro

Não se entregue não  
Ainda tem chão, respira  
Sei que falta ar  
Mas de algum lugar, a gente tira

Não há mal que sempre dure  
Meu amor procure  
Apenas estar  
E não entrar na pira  
Respira, respira

Não se renda não  
Vida sem razão, mentira  
Ande no pomar  
Que um dia em seu olhar florira  
Toda chuva um dia passa

Veja na vidraça  
O sol a brilhar  
Sobre o ódio, a ira  
Respira, respira

Nada terminou  
Nunca termina  
A sombra ilumina  
A luz que apagou

Nada terminou  
Nunca termina  
A sombra ilumina  
A luz que apagou

Não se renda não  
Vida sem razão, mentira  
Ande no pomar  
Que um dia em seu olhar florira  
Toda chuva um dia passa

Veja na vidraça  
O sol a brilhar  
Sobre o ódio, a ira  
Respira, respira

Nada terminou  
Nunca termina

A sombra ilumina  
A luz que apagou